

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFEI

LIZARDA LUCIANO DO CARMO

ENSINO COLABORATIVO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

PONTA GROSSA
2024

LIZARDA LUCIANO DO CARMO

ENSINO COLABORATIVO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), como requisito para obtenção do título de mestra em Educação Inclusiva, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, na Linha de pesquisa Educação: Práticas e Processos Formativos de Educadores para a Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Karen Ribeiro

PONTA GROSSA
2024

C287 Carmo, Lizarda Luciano do
Ensino colaborativo e formação de professores: contribuições para a
Educação Infantil / Lizarda Luciano do Carmo. Ponta Grossa, 2024.
85 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede
Nacional - Área de Concentração: Educação Inclusiva), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Karen Ribeiro.

1. Educação especial. 2. Ensino colaborativo. 3. Inclusão escolar. 4.
Formação - professores. I. Ribeiro, Karen. II. Universidade Estadual de Ponta
Grossa. Educação Inclusiva. III.T.

CDD: 371.12

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luzia Fernandes Bertholino dos Santos- CRB9/986



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

TERMO DE APROVAÇÃO

LIZARDA LUCIANO DO CARMO

**"ENSINO COLABORATIVO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CONTRIBUIÇÕES PARA A
EDUCAÇÃO INFANTIL"**

**Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre
no Curso de Pós Graduação em Educação Inclusiva, Setor de Ciências Humanas, Letras e
Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:**

Ponta Grossa 03 de outubro de 2024.

Membros da Banca:

Profa. Dra. Karen Ribeiro – UEPG
(Presidente)


Profa. Dra. Angela Maria de Sousa Lima - UEL
(Titular Externo)

Profa. Dra. Vera Lucia Martiniak - UEPG
(Titular Interno)



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Aparecida Telles, Secretário(a)**, em 25/09/2024, às 12:06, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Karen Ribeiro, Professor(a)**, em 03/10/2024, às 11:12, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lucia Martiniak, Professor(a)**, em 30/10/2024, às 16:10, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2210909** e o código CRC **B8F3E334**.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que estiveram ao meu lado durante esta jornada de pesquisa, aprendizado e realização.

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder a força, a sabedoria e a perseverança necessárias para concluir este trabalho.

Ao meu marido, meu companheiro de vida e de sonhos, agradeço por seu apoio, por compreender os momentos de dedicação intensa e por estar sempre ao meu lado, incentivando-me e compartilhando das alegrias e desafios desta caminhada acadêmica.

Às minhas filhas Bruna e Gabriela, meus pilares de força e inspiração, agradeço por compreenderem os momentos de ausência e dedicarem seu apoio incondicional. Seu amor e compreensão foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar a este trabalho com tranquilidade e foco.

À minha sobrinha Edna Miranda, agradeço por sua presença, por suas palavras de incentivo e por compartilhar comigo sua sabedoria e experiência.

À minha orientadora, professora Dra. Karen Ribeiro, gostaria de expressar minha imensa gratidão. Sua orientação, paciência e sabedoria foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Suas contribuições foram valiosas e marcaram profundamente minha trajetória acadêmica.

Às professoras Dras. Vera Lúcia Martiniak e Ângela Maria de Sousa Lima, que compuseram a minha banca de defesa, agradeço pela atenção, pelas contribuições enriquecedoras e pela avaliação criteriosa do meu trabalho. Suas observações foram fundamentais para o aprimoramento desta dissertação.

Aos professores das disciplinas cursadas ao longo do programa de Mestrado, meu reconhecimento pela dedicação, pelo conhecimento compartilhado e pelo estímulo constante ao meu crescimento acadêmico e profissional.

Às minhas amigas, colegas de trabalho e de curso, Ana Maria, Charlene e Solange, meu agradecimento especial por estarem ao meu lado,

pelo apoio, amizade e inúmeras trocas de conhecimento e experiências.

Agradeço de forma especial à Jéssica Carolina dos Santos Paiva, pedagoga e mestranda em Educação que fez a verificação das descrições das imagens, pelo trabalho minucioso e pela contribuição essencial para a clareza e acessibilidade deste trabalho.

Por fim, a todos os envolvidos no programa de Mestrado PROFEI, meu sincero agradecimento. A troca de experiências, as discussões durante as aulas e o ambiente colaborativo foram essenciais para o meu desenvolvimento como pesquisadora e educadora.

A cada um de vocês, meu mais profundo obrigado por fazerem parte desta importante etapa da minha vida acadêmica. Suas contribuições e apoio foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

Meu muito obrigada!

RESUMO

A busca por um ensino mais justo incentiva a necessidade de repensar as práticas pedagógicas na Educação Infantil, onde o Ensino Colaborativo emerge como uma proposta fundamental para garantir a escolarização de todas as crianças. Este estudo foi desenvolvido no Programa de Mestrado em Educação Inclusiva – PROFEI, na linha de pesquisa "Práticas e Processos Formativos de Educadores para a Educação Inclusiva", e é vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Processos de Aprendizagem (GEP-ProA). Nesse contexto, tem como objetivo identificar as possibilidades do Ensino Colaborativo existentes na atuação dos(as) professores(as) regentes e dos(as) professores(as) de suporte pedagógico no atendimento às crianças com deficiência do Jardim, Pré I e II de um Centro de Educação Infantil de uma cidade em Santa Catarina. Para isso, a metodologia adotada envolveu a aplicação de questionários a quatro professoras regentes, dois professores e uma professora do suporte pedagógico. Os resultados apontaram que apesar do interesse expressivo dos professores em compreender e implementar o Ensino Colaborativo e adotarem algumas práticas no cotidiano escolar, existem lacunas de conhecimento sobre o assunto. Esses dados foram considerados na elaboração de um e-book como recurso educacional aberto, visando promover a disseminação do conhecimento sobre o tema.

Palavras-chave: Educação Especial; Ensino Colaborativo; Inclusão Escolar; Formação de Professores.

ABSTRACT

The search for a fairer education encourages the need to rethink pedagogical practices in Early Childhood Education, where Collaborative Teaching emerges as a fundamental proposal to ensure access and effective participation of all children, including those with disabilities. In this context, this study aims to investigate how Collaborative Teaching in Early Childhood Education can contribute to the schooling of children with disabilities. The goal is to identify the possibilities of Collaborative Teaching in the actions of lead teachers and support teachers in assisting children with disabilities in the Nursery, Pre-K I, and Pre-K II levels of a Municipal Early Childhood Education Center in Santa Catarina. The methodology involved the application of questionnaires to 5 female teachers and 2 male teachers, to analyze pedagogical practices and the challenges of Collaborative Teaching in the perception of Early Childhood Education teachers. The results point to a knowledge gap regarding Collaborative Teaching, despite the significant interest of teachers in understanding and implementing this pedagogical strategy. These data were considered in the development of an e-book as an open educational resource, aiming to fill this gap and promote the dissemination of knowledge on the subject.

Keywords: Special Education; Collaborative Teaching; School Inclusion; Teacher Training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do <i>ebook</i>	53
---------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEI	Centro de Educação Infantil
DUA	Desenho Universal para Aprendizagem
EaD	Ensino a Distância
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
LEEI	Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PEI	Plano Educacional Individualizado
PNEE	Política Nacional de Educação Especial
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PROFEI	Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva
SC	Santa Catarina
TCLE	Termos de Consentimento Livre e Esclarecido
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS E DESAFIOS.....	16
CAPÍTULO 2 – AS CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO COLABORATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	24
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA DE PESQUISA.....	37
3.1 LOCAL DE ESTUDO.....	37
3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	38
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	39
CAPÍTULO 4 – ANÁLISES DOS DADOS: ENSINO COLABORATIVO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR.....	42
4.1 ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CEI: ABORDAGENS, PLANEJAMENTO E INCLUSÃO ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS.....	50
CAPÍTULO 5 – RECURSO EDUCACIONAL ABERTO.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	63
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA PARTICIPANTES.....	74

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO DO RECURSO EDUCACIONAL ABERTO.....	81
ANEXO A – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E ESCLARECIDO.....	84
ANEXO B – DECLARAÇÃO DA PESQUISADORA.....	85

INTRODUÇÃO

Na última década, a educação emergiu como um tema de grande relevância nas pesquisas acadêmicas, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Este interesse retrata uma mudança de paradigma na compreensão do ambiente escolar, que é reconhecido não apenas como um local de apropriação de conhecimento, mas também como um espaço onde as interações sociais e a diversidade dos estudantes desempenham um papel fundamental na construção do saber.

A escola, portanto, é percebida como um ambiente de aprendizagem, onde as experiências sociais e acadêmicas se entrelaçam e se complementam, gerando um rico contexto para a apropriação do conhecimento. Sendo assim, a educação deve valorizar e promover a participação de todos os alunos, independente de suas características individuais, garantindo que o processo educacional seja enriquecido pela diversidade e pela colaboração mútua.

De acordo com Luz (2022), a Educação tem sido um foco importante nas pesquisas acadêmicas nos últimos anos, e isso pode ser atribuído à necessidade de atender as demandas de uma sociedade cada vez mais diversa, além da promulgação de leis e políticas externas para a inclusão escolar.

Segundo Mendes (2017), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) impulsionou a discussão e a pesquisa nessa área, promovendo a inclusão escolar dos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Assim, o debate sobre inclusão tornou-se pauta política da sociedade, que direcionou sua atenção para a educação e a valorização da Educação Especial, que até então era negligenciada pelo Estado.

No entanto, ainda são grandes os desafios para que a inclusão escolar aconteça de forma efetiva. De acordo com Braun e Marin (2016), o que a escola espera dos estudantes é mais que ela oferta. A matrícula dos estudantes com deficiência na sala de aula comum não é garantia de aprendizado para todos, sobre os mesmos componentes curriculares.

Essa dissertação apresenta a temática Ensino Colaborativo como estratégia de formação continuada para promover a inclusão escolar de estudantes com deficiência. Foi desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Inclusiva em Rede Nacional – PROFEI, na linha de pesquisa "Práticas e

Processos Formativos de Educadores para a Educação Inclusiva", e vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Processos de Aprendizagem (GEP-ProA). O interesse neste estudo se originou pela formação em pedagogia (2013 a 2017) da autora e no exercício da prática pedagógica como professora da rede municipal de ensino em um município de Santa Catarina – SC.

A pesquisa foi motivada e justifica-se pela trajetória profissional da pesquisadora na docência e pela problemática enfrentada no contexto escolar das pessoas com deficiência, no qual há descrença e desvalorização de suas potencialidades, resultando em perda de oportunidades de desenvolvimento. Além disso, pela experiência vivenciada pela pesquisadora na escola, enquanto professora da Educação Infantil por cinco anos, foi possível observar a recorrente falta de diálogo e de tempo destinado aos planejamentos conjuntos, a desarticulação entre o trabalho realizado pelo professor regente da sala de aula comum e pelos professores(as) do suporte pedagógico. De acordo com documentos oficiais do município estudado – que não será mencionado nas referências para manter o sigilo –, os(as) professores(as) do suporte pedagógico trabalham em conjunto com os(as) professores(as) regentes, adaptando o currículo, e assim desenvolvendo estratégias pedagógicas.

Neste sentido, os desafios da sala de aula impulsionaram a busca da pesquisadora por conhecimento para um maior embasamento teórico e profissional na formação como professora. Esta pesquisa representa uma oportunidade de produção de conhecimento e aprofundamento teórico

Os estudos de Braum (2012), Mendes (2016) e Vilaronga e Mendes (2014) têm apontado o Ensino Colaborativo como uma importante estratégia que envolve a parceria entre professores da educação regular e da Educação Especial para o atendimento de alunos com deficiência na sala de aula comum. Essa é uma abordagem importante para a promoção da inclusão escolar, permitindo que todos os alunos participem das aulas e aprendam juntos

No debate educacional contemporâneo, a inclusão escolar desponta como uma necessidade ética e pedagógica, desafiando instituições e profissionais a repensarem suas atuações em prol de um ambiente mais diversificado e equitativo, com escolas mais inclusivas. Nesse contexto, o Ensino Colaborativo surge como uma importante abordagem, fundamentada na premissa de que a cooperação entre educadores pode guiar uma transformação ativa na escolarização dos alunos sem considerar suas especificidades. Como afirmado

por Mendes (2016), o Ensino Colaborativo apresenta um potencial significativo no desenvolvimento integral de crianças com deficiências no contexto da Educação Infantil.

Isso posto, diante das possibilidades apontadas por Braum (2012), Mendes (2016) e Vilaronga e Mendes (2014), o Ensino Colaborativo pode ser uma estratégia viável para as pesquisas em torno da Educação Especial. À vista deste contexto, este estudo se debruça sobre o seguinte problema de pesquisa: como o Ensino Colaborativo na Educação Infantil pode contribuir para a escolarização da criança com deficiência?

O objetivo geral deste estudo é identificar as possibilidades do Ensino Colaborativo existentes nas atuações dos(as) professores(as) regentes e dos(as) professores(as) do suporte pedagógico no atendimento às crianças com deficiência do Jardim, Pré I e II de um Centro de Educação Infantil (CEI) de um município de Santa Catarina- SC.

Os objetivos específicos consistem em:

1. Analisar as pesquisas sobre Ensino Colaborativo na Educação Infantil no Brasil, em bases de dados bibliográficos na última década, para identificar suas contribuições para a inclusão escolar;
2. Identificar as possibilidades e os desafios do Ensino Colaborativo na percepção destes(as) professores(as) e professores(as) do suporte pedagógico;
3. Destacar as potencialidades do Ensino Colaborativo como parte integrante da formação continuada de professores;
4. Elaborar recurso educacional aberto sobre o Ensino Colaborativo na Educação Infantil.

Para atingir os objetivos propostos, a presente dissertação utilizou a pesquisa qualitativa, com uso de questionários em Formulário Google para coleta de dados sobre o perfil das participantes e Ensino Colaborativo e para validação do recurso educacional aberto. Além disso, a análise dos dados foi baseada nas referências da Educação Inclusiva.

A dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro aborda a Educação Especial e a inclusão escolar das pessoas com deficiência. No segundo capítulo serão discutidas as contribuições do Ensino Colaborativo na Educação

Infantil, explorando pesquisas recentes no Brasil sobre o papel do Ensino Colaborativo na inclusão escolar. No terceiro capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos que fundamentaram o estudo, incluindo o detalhamento da trajetória e delineamento da pesquisa, bem como os procedimentos e instrumentos de coleta e análise de dados. No quarto capítulo serão apresentados os resultados e discussões do estudo. Por fim, no quinto capítulo será apresentado o recurso educacional aberto.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS E DESAFIOS

Neste capítulo serão apresentados aspectos da inclusão escolar das pessoas com deficiência. Serão explorados conceitos fundamentais como Ensino Colaborativo, Inclusão Escolar e Educação Especial. Além disso, serão discutidos marcos legais, desafios e perspectivas para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, visando a construção de uma sociedade mais justa.

1.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ao abordar a inclusão escolar de alunos com deficiências e necessidades educacionais especiais, conforme Oliveira e Leite (2007), é fundamental que essa inclusão se estenda para todos os estudantes, exigindo a capacidade de compor as diversas realidades das escolas. Isso implica em ajustes nas práticas cotidianas da escola e na introdução de novas formas de organização.

É inegável que a busca pelos direitos das pessoas com deficiência perpassa por diversas lutas que visam estabelecer legislações de amparo a esse grupo que sempre foi marginalizado. Na busca pela compreensão do processo histórico-social da exclusão e a inclusão das pessoas com deficiência, desde a pré-história até sociedade contemporânea, Pereira e Saraiva (2017, p. 182) afirmam que:

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere ao tratamento destinado a pessoas com deficiência, com práticas de eliminação, castigos e a exclusão social, pelo fato de considerar suas condições (físicas, sensoriais e mentais) inadequadas com aquelas praticadas pela maioria da população tida como normal.

Os tratamentos direcionados às pessoas com deficiência ao longo da história passa desde ações de caridade, à institucionalização do assistencialismo, até o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência (Pletsch; Paiva, 2018).

No Brasil, segundo Oliveira (2021), a implantação de uma nova democracia teve início no país após a finalização da ditadura militar, em 1985. Isso culminou em diferentes frentes de luta em prol da universalização dos direitos e das políticas sociais, resultando na Constituição Federal de 1988. Como destaca Oliveira (2010), foi a partir da Constituição Federal de 1988, através da política de inclusão social

das pessoas com deficiência, que se estabeleceu a garantia de acesso à educação, além de outras garantias, como por exemplo, a acessibilidade. Na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1998), que foi considerada um marco legal na busca pelo estabelecimento de direitos, foram criadas, e posteriormente aprimoradas, várias “leis, declarações, convenções e decretos, tanto no âmbito nacional quanto internacional, perspectivando o fortalecimento e a concretização de uma sociedade efetivamente” (Oliveira, 2021, p.152).

Com a implementação da Política Nacional de Educação Especial (PNEE) (Brasil, 2008), o foco foi garantir o acesso, a participação e o aprendizado dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, desde a Educação Infantil até a Educação Superior. Isso implica oferecer suporte nas escolas, continuidade da educação em níveis avançados, capacitação dos professores e envolvimento da família e comunidade.

A literatura nacional relativa aos estudos da Educação (Bender, 2020; Boueri e Alles; Kassar, 2019; Santos e Paulino, 2008) enfatiza a necessidade de aceitação das diferenças, para que possa contribuir com a construção de uma sociedade justa e igualitária. De acordo com Rocha, Reis e Costa (2020), para que as escolas atendam ao processo de inclusão do público da Educação Especial, estudantes com deficiência devem estar no ensino regular considerando suas especificidades, formando uma semelhança entre o desenvolvimento dos conteúdos previstos, permitindo a aprendizagem, a acessibilidade e a interação de todos os envolvidos.

Nesta perspectiva, compreende-se que a inclusão escolar está relacionada a processos extensivos, que envolvem não apenas a presença física dos alunos na escola, mas também a promoção de uma cultura inclusiva, a formulação de políticas educacionais e a implementação de práticas pedagógicas que atendam às necessidades de todos os estudantes, visando a uma educação para todos e igualitária de todo ser humano. Portanto, o conceito de igualdade, visto como um dos princípios fundamentais da educação, não implica em tornar todos idênticos, ou seja, "incluir não é 'nivelar', nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o oposto: as diferenças, ao invés de reprimidas, são valorizadas" (Santos e Paulino, 2008, p. 12).

Assim, como alerta Boneti (2010), ainda que tenha como princípio legal garantir igualdade de oportunidades a todos, na realidade, o que predomina é o fato de que os sujeitos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da

escola continuaram em situação excludente, tornando-se um grande desafio a prática de fazer da escola um instrumento de inclusão social. Portanto, pensar em uma educação é propor um ensino mais humano e igualitário. No Brasil, a Lei Federal n.º 13.146 de 2015, no seu artigo 2.º, define a pessoa com deficiência:

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015).

Neste corolário, proporcionar às pessoas com deficiência a escolarização e a convivência com outras da mesma faixa etária, a participação em uma sala de aula comum com professores preparados, além de uma escola com ambiente favorável e adequado, possibilitará às crianças o conhecimento escolar e a capacidade de ocupar de forma autônoma seu lugar na sociedade, como sujeitos de direitos. Para tanto, se faz necessário uma escola com uma cultura escolar transformada, indo além de oferecer vagas e garantindo direitos.

Neste sentido, o movimento em defesa dos direitos humanos internacionais, os discursos políticos e as novas legislações têm sinalizado para uma crescente busca de melhores condições para as pessoas com direitos e necessidades de inclusão frente a um universo tão plural que se faz presente na infância (Silva e Reis, 2011).

Amaral e Martiniak (2023) acrescentaram que a promoção da educação, aliada aos princípios dos direitos humanos, não apenas beneficia os indivíduos diretamente envolvidos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa com a diversidade.

Segundo Vilaronga e Mendes (2014), vale ressaltar os avanços alcançados pela Educação Especial nas instituições de ensino regular para a inclusão do público da Educação Especial, fazendo com que os professores busquem novas formas de ensinar que incluam todos.

Partindo desta premissa, percebe-se a necessidade de problematizar sobre a Educação Especial e quais são seus aspectos e características para valorizar e respeitá-la em todo seu âmbito, garantindo assim, justiça e equidade para todos.

A construção de uma sociedade mais igualitária passa pela valorização da diversidade e pela implementação de políticas educacionais que promovam a equidade e o respeito às diferenças, garantindo a todos os indivíduos o acesso à

educação de qualidade (Lima e Azevedo, 2019).

Diante do exposto, a Educação Especial vem ganhando reconhecimento nas escolas, buscando promover a igualdade para todos, sem classificar e estigmatizar os estudantes. Conforme preconizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), a escola deve ser capaz de promover propostas pedagógicas que contemplem estudantes no seu desenvolvimento integral, com equidade, respeito e valorização das suas especificidades. Nesse contexto, é imprescindível assegurar que os professores sejam valorizados, com base nas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.817 (Brasil, 2024).

Essa legislação preconiza a importância de proporcionar aos profissionais da educação escolar básicas condições de trabalho adequadas e oportunidades de desenvolvimento profissional. Dessa forma, os educadores poderão desempenhar suas funções com excelência e contribuir de maneira efetiva para a promoção de uma educação de qualidade para todos os estudantes.

Entretanto, de acordo com Mattos (2017), as políticas educacionais implementadas nos últimos anos não foram capazes de elevar a qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras e de promover a inclusão escolar do público da Educação Especial. Diante dessa necessidade de aprimoramento, novas políticas foram criadas com o propósito de melhorar a qualidade do ensino e assegurar o acesso e a permanência das pessoas com deficiência nas escolas regulares. No contexto da implementação das políticas de Educação Especial e inclusão no cenário educacional brasileiro, Pereira e Saraiva (2017) destacam que o Brasil é reconhecido por possuir legislações avançadas em relação aos direitos das pessoas com deficiência.

No entanto, a efetivação desses direitos, conforme previsto na legislação, nem sempre é plenamente alcançada. Oliveira (2021) complementa essa discussão ao ressaltar a importância dos documentos oficiais como marcos legais, mas salienta que a mera existência desses documentos não garante a efetivação dos direitos neles estabelecidos. Essas reflexões evidenciam a complexidade e os desafios enfrentados na implementação efetiva das políticas de Educação Especial e inclusão no contexto educacional brasileiro.

Nesse sentido, é fundamental considerar a perspectiva delineada pela Psicologia Histórico-Cultural, que enfatiza a intrínseca relação entre o contexto social e cultural na construção do conhecimento e no desenvolvimento humano (Costa; Martiniak; Padilha, 2021). Valorizar as especificidades individuais e compreender as nuances das diferenças são elementos indissociáveis para a efetivação da escolarização das pessoas com deficiência.

Nas práticas pedagógicas voltadas para a inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar, é essencial compreender a pessoa com deficiência, incentivar uma análise sobre sua escolarização nesse contexto específico. Uma perspectiva considerada favorável para estruturar melhor as ações do atendimento às pessoas com deficiência é a proposta do Ensino Colaborativo, referendado por Capellini e Mendes (2007) e Vilaronga e Mendes (2014).

O Ensino Colaborativo tem origem no trabalho de professores ingleses, que explorando as maneiras de ajudar os estudantes a dar respostas às tarefas escolares, fizeram com que estes tivessem um papel mais ativo na sua própria aprendizagem (Casal; Fragoso, 2019).

De acordo com Vilaronga e Mendes (2014), o Ensino Colaborativo consiste em uma parceria entre os professores de ensino regular e os professores de Educação Especial, que na qual um profissional de cada esfera divide a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar os procedimentos de ensino a um grupo heterogêneo de estudantes. Desta forma, o Ensino Colaborativo é baseado na coparticipação entre professores no desenvolvimento de atividades no dia a dia escolar, em específico na sala de aula. O processo educacional é desenvolvido por todos os participantes, sendo que todos os envolvidos são responsáveis pela qualidade das ações efetivadas (Braun; Marin, 2016).

Já a Educação Especial é definida por Costa, Martiniak e Padilha (2021) como um campo de atuação educacional que visa garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesse contexto, a Educação Especial busca promover práticas pedagógicas inclusivas que considerem as necessidades específicas de cada aluno, respeitando suas diferenças e garantindo o desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Além disso, a Educação Especial tem como objetivo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a diversidade seja valorizada e todos os indivíduos tenham oportunidades equitativas de aprendizagem e desenvolvimento.

Sendo assim, a articulação entre o Ensino Colaborativo e a Educação Especial proporciona vantagens significativas para a formação continuada. Essa

colaboração possibilita uma compreensão mais completa das necessidades dos alunos e fomenta a troca de conhecimentos entre os educadores.

Para tanto, ao considerar o processo de formação continuada de professores para a Educação Especial, deve-se atentar a alguns problemas como: o tempo para se dedicar aos estudos; o diálogo entre professores de sala de aula comum e os da Educação Especial; a qualidade nos cursos de formação inicial e continuada (Capellini; Mendes, 2007).

Ao destacar a formação continuada dos professores, observa-se a necessidade da tomada de consciência para a qualidade da formação dos profissionais que atuam na educação, visto que são muitas as deficiências que impedem o sucesso no processo de ensino-aprendizagem (Silva; Reis, 2011). A educação de qualidade e formação continuada tornou-se pauta de discussões das arenas políticas e sociais diante do contexto da globalização. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2024), Agenda 2030, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é assegurar a educação equitativa de qualidade e promover oportunidade de aprendizagem, por meio da cooperação internacional para a formação continuada nos países em desenvolvimento. Nesta perspectiva, todos os níveis de educação estão contemplados neste objetivo, que considera como fundamental a promoção de uma educação igualitária e baseada nos princípios de direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, o Ensino Colaborativo tem se mostrado eficiente no âmbito das pesquisas da Educação Especial, isso porque é um modelo de prestação de serviço ao público da Educação Especial, no qual um professor regente e o professor da Educação Especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes (Vilaronga; Mendes, 2014). Compartilhando das mesmas ideias, Braun (2012) comenta que o Ensino Colaborativo permite ir para além dos aspectos teóricos explorando também os aspectos práticos pertinentes ao processo ensino-aprendizagem.

Desta forma, o trabalho cooperativo entre professores de diferentes disciplinas e, principalmente, entre o professor da sala de aula comum e o da Educação Especial, trará benefícios ao processo de desenvolvimento e inclusão do público da Educação Especial (Casal; Fragoso, 2019).

Como pontuam Ferreira e Toman (2020), a maioria dos professores que atuam em uma sala de aula regular não tem preparo para ensinar estudantes com

deficiência e muitos ainda não entendem o verdadeiro significado da palavra “inclusão”. Nesse contexto, é importante não apenas que os professores busquem individualmente estudos na área, mas que sejam implementadas políticas de formação e à cooperação entre eles, visando aprimorar a qualidade do ensino.

O Ensino Colaborativo, de acordo com Vilaronga e Mendes (2014), é reconhecido como um importante recurso na formação continuada, envolvendo a colaboração entre o professor de Educação Especial e o professor da sala de aula regular. Através do trabalho em conjunto, o Ensino Colaborativo busca atingir objetivos comuns negociados no coletivo, discutindo sobre os conteúdos a serem incluídos no currículo; adaptações necessárias; tipos de avaliações a serem realizadas, estabelecendo relações que tendem a não hierarquização. Ele exercita a liderança compartilhada, a corresponsabilidade pelas ações e a confiança mútua.

Ainda de acordo com as mesmas autoras, o Ensino Colaborativo pode ser compreendido como um conjunto de estratégias que pode ser adotada para que o processo de inclusão escolar e de ensino-aprendizagem seja efetivado. A troca de experiências, de conhecimento e a união entre professor da classe comum, professor da Educação Especial, pode trazer benefícios, não somente para o público da Educação Especial, mas também para os demais estudantes, bem como para os professores. Pois, terão a oportunidade de repensar sobre suas práticas, de desconstruir o que sabem para a construção de um novo conhecimento a partir da prática colaborativa.

Deste modo, a troca de experiência e o trabalho colaborativo entre o professor regente da sala de aula comum, e o professor de Educação Especial, junto de coordenação, gestores, família, interação entre os estudantes, cooperam tanto para o desenvolvimento das potencialidades e ensino-aprendizagem do público, quanto para os demais alunos pertencentes à sala de aula comum. Porém, para que o Ensino Colaborativo tenha êxito, é necessária uma grande mudança na estrutura atual das salas de aula, pois requer preparação e aceitação de todos os envolvidos no enfrentamento de novos desafios para o desenvolvimento de um trabalho feito em cooperação entre toda a comunidade escolar. Essa transformação também demanda o apoio e a implementação de políticas públicas de formação continuada dos professores (Boueri; Alles; Bender, 2020).

No capítulo seguinte, exploraremos as significativas contribuições do Ensino Colaborativo na Educação Infantil. Este capítulo visa aprofundar nossa compreensão

sobre o papel essencial do Ensino Colaborativo no contexto da Educação Infantil, destacando sua relevância no desenvolvimento e aprendizado das crianças nessa importante fase do processo educacional.

CAPÍTULO 2

AS CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO COLABORATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Este capítulo teve como objetivo mapear as pesquisas sobre o Ensino Colaborativo na Educação Infantil no Brasil, no período de 2015 a 2023, considerando a Lei Federal nº 13.146 (Brasil, 2015), Estatuto da Pessoa com Deficiência – que garante os direitos como educação, saúde, acessibilidade, e participação na vida pública das pessoas com deficiência. Trata-se de mudanças em relação à legislação anterior, sendo um marco para a promoção da inclusão escolar no Brasil.

A pesquisa aborda o Ensino Colaborativo como uma importante estratégia para promover a escolarização de alunos com deficiência na Educação Infantil. Ao articular os achados empíricos com a Educação Inclusiva e o Ensino Colaborativo, esta análise visa aprofundar a compreensão sobre a relevância e os impactos dessa abordagem na prática educacional.

Desta forma, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), buscando identificar o tipo de produção, vinculação institucional e geográfica, aspectos temáticos e metodológicos dos estudos, bem como seus principais resultados. Essas bases foram escolhidas por serem bibliotecas eletrônicas virtuais de acesso gratuito. Foram utilizadas as seguintes combinações de descritores: “Educação Infantil” e “Ensino Colaborativo”, “Educação Inclusiva” e “Ensino Colaborativo”, “Inclusão Escolar” e “Ensino Colaborativo”, “Formação de Professores” e “Ensino Colaborativo”. Para tanto, os critérios de inclusão adotados para a seleção dos estudos foram estudos cujos títulos apresentam as combinações dos descritores e que abordem as práticas colaborativas entre profissionais da escola. Já os critérios de exclusão de trabalhos foram estudos que não atenderam os critérios de inclusão, trabalhos duplicados e que não abrangeram a temática do Ensino Colaborativo na Educação Infantil.

As buscas apresentaram um total de 223 produções. Realizou-se a leitura dos títulos e resumos de 223 trabalhos, dos quais foram excluídas 201 produções por não obedecerem ao critério de inclusão e 10 excluídas por duplicidade, resultando em 12 obras selecionadas: Anjos (2022), Azevedo (2020), Barbosa (2020),

Chiristo (2019), Coutinho (2023), Lemos (2022), Magaieski (2021), Mendes (2016), Passos (2022), Santos (2019) e Santos (2021).

Assim, a análise dos dados ocorreu em três momentos: seleção dos trabalhos por meio da leitura dos títulos e resumos; exclusão dos trabalhos duplicados, e seleção dos trabalhos pela leitura na íntegra, na qual foram discutidos a partir de uma análise temática de conteúdo. Após a seleção dos estudos, foram organizados de acordo com os objetivos, os principais referenciais teóricos, metodologia e principais resultados. Essa abordagem permitiu identificar as principais tendências, desafios e avanços na área da educação, especialmente no que se refere à Educação Infantil, ao Ensino Colaborativo, à inclusão escolar e à formação de professores.

Dentre os estudos analisados, 10 foram dissertações – 3 delas vinculadas ao mestrado acadêmico e 7 ao mestrado profissional; 2 teses desenvolvidas em programas de Pós-Graduação voltado para as áreas de educação, como a Educação Especial. As publicações sobre o tema mostraram uma concentração maior na região Sudeste, com oito obras identificadas, seguida pelo Sul, com três obras, e pelo Nordeste, com uma. Não foram encontradas produções nas regiões Norte e Centro-Oeste. Essa distribuição pode ser explicada pelo número maior de Instituições de Ensino Superior (IES) nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste.

Em relação à metodologia utilizada nos estudos, os resultados mostraram uma tendência para a realização de estudos de natureza qualitativa, destacando a pesquisa colaborativa como o delineamento metodológico mais utilizado nas pesquisas voltadas à formação de professores com foco no desenvolvimento de práticas colaborativas. As pesquisas apontaram para a utilização da pesquisa qualitativa nestes estudos, pois esta consegue abarcar a complexidade das relações de colaboração, na qual o professor de Educação Especial e professor de ensino comum desenvolvem práticas inclusivas no contexto escolar.

No que se refere aos objetivos, as pesquisas analisadas apresentam como foco a promoção da inclusão escolar de alunos com deficiência na Educação Infantil por meio do Ensino Colaborativo. A meta principal é investigar e descrever as práticas e estratégias colaborativas entre professores da educação regular e especial, envolvendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas e adaptação de atividades e materiais para atender às necessidades específicas dos alunos. Além disso, as pesquisas analisaram a capacidade de compreensão dos professores em

relação ao Ensino Colaborativo e identificar as contribuições dessa abordagem. Os estudos também visaram promover a formação dos professores, com o propósito de implantar práticas mais inclusivas e colaborativas.

No cerne desses objetivos, busca-se o compromisso de avançar na compreensão e na implementação de estratégias que promovam a inclusão de alunos com deficiência na Educação Infantil, utilizando o Ensino Colaborativo como um elemento principal nesse processo.

No que diz respeito aos estudos analisados, é possível identificar uma variedade de princípios conceituais que contribuem para esta pesquisa. Os estudos convergem para a importância da colaboração entre professores do ensino regular e especial, seguindo princípios de inclusão e diversidade. Alguns estudos destacam a necessidade de adaptar as práticas pedagógicas para atender às diferentes necessidades dos alunos, com ênfase em aspectos pedagógicos como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

Além disso, os autores parecem embasar suas pesquisas na importância da formação docente como um elemento necessário para o sucesso do Ensino Colaborativo. A ênfase na formação continuada, a discussão sobre a resistência de alguns profissionais e a necessidade de atualização constante indicam a evolução do papel do professor e a relevância do desenvolvimento profissional para a melhoria efetiva de suas práticas. Também se observa o uso de conceitos relacionados à Educação Infantil, com foco no desenvolvimento integral das crianças.

Sendo assim, os estudos desenvolvidos são caracterizados pela incorporação de conceitos relacionados à inclusão escolar, formação docente e a importância da colaboração entre professores como elementos essenciais para o sucesso do Ensino Colaborativo.

O levantamento indicou que a maior parte dos estudos propunha ações gerais de formação, conhecimento teórico ou técnico sobre o trabalho colaborativo entre profissionais da escola e especificidades dos estudantes público da Educação especial, abordando diversos temas no decorrer do processo de formação. Assim, as pesquisas passaram a revelar o aparecimento e/ou o fortalecimento de temáticas relativas à formação de professores e práticas pedagógicas, inclusão escolar. Neste sentido, as temáticas que têm orientado os estudos relacionados ao Ensino Colaborativo na Educação Infantil, no período de 2013 a 2023, incluem aspectos

como práticas, adaptações curriculares, estratégias de ensino diferenciadas e desenvolvimento profissional dos educadores.

Acrescenta-se ainda que as produções analisadas foram categorizadas em quatro grandes núcleos temáticos: Perspectivas Críticas do Ensino Colaborativo; Ensino Colaborativo como proposta de inclusão escolar; Ensino Colaborativo e Formação de professores e A Importância da Educação Infantil na Formação Integral das Crianças. As perspectivas críticas do Ensino Colaborativo são abordadas neste núcleo temático, que inclui as análises de Coutinho (2023). A autora destaca as resistências de alguns profissionais, a exigência de formação específica e a carência de recursos e infraestrutura para a implementação do Ensino Colaborativo. Lemos (2022) complementa essa discussão ao caracterizar o Ensino Colaborativo e as práticas pedagógicas, identificando as contribuições da formação docente para sua efetiva implantação.

O núcleo temático "Ensino Colaborativo e Formação de Professores" amplia a análise a partir da perspectiva da inclusão escolar, com as contribuições de Mendes (2016), Magaieski (2021) e Passos (2022). Mendes (2016) e Barbosa (2020) abordam o Ensino Colaborativo, destacando a importância da parceria entre professores de Educação Infantil e Educação Especial. Nesse sentido, Magaieski (2021) acrescenta uma nova perspectiva ao explorar o Ensino Colaborativo remoto para crianças com deficiência intelectual. Complementando, Passos (2022) contribui com uma análise das contribuições do Ensino Colaborativo para a formação continuada, enfatizando a importância dessa abordagem na construção de uma escola mais inclusiva, promovendo práticas que respeitam as especificidades de cada aluno.

Além disso, a colaboração entre os professores permite uma avaliação mais completa dos desafios pedagógicos, contribuindo para a melhoria contínua e o desenvolvimento profissional. Ao compartilhar boas práticas, identificar áreas de aprimoramento e buscar soluções conjuntas, os professores fortalecem a comunidade escolar e promovem um ambiente colaborativo e engajado em prol do sucesso dos alunos (Nery, 2007).

Este núcleo temático também traz em suas análises a importância da formação docente para o Ensino Colaborativo, enfatizando a necessidade de uma abordagem dinâmica e adaptativa no ambiente escolar (Anjos, 2022; Azevedo, 2020; Santos, 2021). Para a efetividade dos programas de formação docente,

Azevedo (2020) e Santos (2021) destacam a relevância da formação continuada para práticas mais inclusivas nas escolas. Neste aspecto, Anjos (2022) enfatiza as contribuições da formação de professores do AEE, ancorada no Ensino Colaborativo e na perspectiva do DUA, reforçando o compromisso com a diversidade na educação. Essas perspectivas convergentes e complementares reforçam a importância do Ensino Colaborativo e da formação docente para a construção de uma escola que atenda às necessidades individuais dos alunos.

A Educação Inclusiva fundamenta-se no princípio de garantir igualdade de oportunidades educacionais para todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades. Nesse contexto, o Ensino Colaborativo emerge como uma estratégia que promove a cooperação entre professores da educação regular e da Educação Especial, com o objetivo de atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, favorecendo sua participação plena e efetiva no ambiente escolar. Ao analisar os resultados da pesquisa com essa teoria, observa-se como o Ensino Colaborativo contribui para a implementação dos princípios inclusivos, promovendo a diversidade, a equidade e a valorização das diferenças no contexto escolar.

Portanto, a colaboração entre professores se torna não apenas uma estratégia, mas uma necessidade essencial no contexto educacional contemporâneo. Vilaronga e Mendes (2014) destacam que essa interação entre os educadores não só viabiliza o desenvolvimento de estratégias de ensino adaptadas às diversas habilidades e competências individuais dos alunos, mas também cria um ambiente propício para uma aprendizagem colaborativa, onde cada aluno é valorizado e apoiado em seu processo de desenvolvimento. Essa colaboração, além de ser fundamental para a efetivação de práticas pedagógicas que contribuam com o desenvolvimento total de todos os alunos, também desempenha um papel significativo como forma de mediação, proporcionando suporte adicional aos alunos com necessidades especiais.

Partindo dessa premissa, a promoção da Educação é um desafio contemporâneo que demanda abordagens pedagógicas e práticas embasadas em conhecimentos consolidados. Conforme destacado por Azevedo (2020), Barbosa (2020), Christo (2019), Martins (2021) e Silva, Tureck e Zanetti (2017), especialmente, quando se considera a natureza social do psiquismo humano enraizada no contexto social, a importância de estratégias que reconheçam e

respondam à diversidade presente nas salas de aula são evidenciadas. Nesse contexto, a formação para superação desses desafios se torna fundamental, incluindo a formação em Ensino Colaborativo, é essencial para preparar os educadores para promover a inclusão escolar. Segundo Azevedo (2020), essa abordagem proporciona aos educadores uma melhor compreensão desse conceito, suas práticas e os benefícios substanciais para a inclusão escolar.

Ao oferecer cursos e formação continuada nessa área, os educadores são capacitados não apenas para trabalhar de forma colaborativa, mas também para fomentar ambientes educacionais mais inclusivos, onde a diversidade é valorizada como um recurso enriquecedor.

A promoção da educação, especialmente em um contexto contemporâneo, representa um desafio significativo que demanda abordagens pedagógicas fundamentadas em conhecimentos consolidados. A formação de professores é um aspecto relevante para superar os desafios da inclusão escolar, com foco no Ensino Colaborativo. Essa abordagem não apenas proporciona uma compreensão do conceito e suas práticas, mas também evidencia os benefícios substanciais que traz para a inclusão escolar. Ao participar de cursos e programas de formação continuada, os professores são preparados para criar escolas que valorizam a diversidade como um recurso enriquecedor, permitindo que todos os alunos se sintam reconhecidos e respeitados em suas individualidades. Essa formação continuada é essencial para que os educadores desenvolvam práticas pedagógicas inclusivas, que atendam às necessidades de todos os estudantes, promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo e respeitoso. Pachevit, Lima e Martiniak (2022) destacam que a inclusão escolar deve ser uma prioridade nas instituições de ensino, pois ela não apenas beneficia os alunos com necessidades especiais, mas enriquece a experiência educacional de todos os envolvidos.

Dessa forma, a formação de professores se torna um elemento necessário para a construção de uma escola inclusiva, em que todos os alunos têm a oportunidade de se desenvolver plenamente, contribuindo para a formação de uma sociedade melhor. Um estudo sobre a prática pedagógica, aliada ao entendimento do psiquismo humano, é essencial para que os professores possam contribuir com a criação de ambientes escolares que respeitam e valorizam a diversidade.

Segundo Saviani (2009), a função da escola é um elemento central no desenvolvimento social e educacional do Brasil, destacando sua importância na

formação de cidadãos críticos e conscientes. A educação deve ser vista como o eixo fundamental para enfrentar desafios sociais, como a pobreza e a desigualdade. Nesse contexto, a escola pode proporcionar a apropriação do conhecimento e transformação social.

Para que essa transformação ocorra, a prática pedagógica deve ser enriquecida por uma estrutura de apoio que inclua observação e experimentação. Isso permite que os educadores desenvolvam uma prática contextualizada, essencial para que a escola cumpra seu papel de formação integral dos alunos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Partindo dessa premissa, ao unir a função da escola com a formação de professores e a promoção da escolarização de todos, cria-se um ciclo virtuoso que potencializa o desenvolvimento dos alunos, preparando-os para interagir de forma significativa em um mundo diversificado.

A formação de professores com abordagens pedagógicas que considerem a diversidade e as necessidades específicas dos alunos, possibilita a promoção de ambientes educacionais que valorizam a pluralidade. Isso contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A formação continuada nessa área é essencial para preparar os educadores a lidarem com as particularidades de cada aluno, garantindo uma educação de qualidade que respeite e valorize essas especificidades. No atual panorama educacional, é importante pensar sobre estratégias e programas de formação continuada, em que a valorização dos professores é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças.

Entretanto, Saviani (2009) ressalta que, embora a formação docente tenha avançado em termos de obrigatoriedade de componentes pedagógicos, ainda persiste um formalismo que pode esvaziar o sentido real da formação. Ele defende que a escola deve ser um espaço de experimentação e inovação, onde a educação é entendida como um processo dinâmico e essencial para o desenvolvimento da sociedade. Essa perspectiva convida educadores e gestores a repensarem suas práticas e a buscarem formas de integrar teoria e prática, promovendo uma educação que atenda às necessidades dos alunos e da comunidade.

Além disso, a subvalorização do professor de Educação Infantil, influenciada por políticas educacionais que priorizam critérios econômicos, impacta diretamente as condições de trabalho e a qualidade do ensino. Isso reflete a necessidade urgente de atenção a essa questão (Saviani, 2009), evidenciando que a valorização

dos educadores é um passo fundamental para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos os alunos.

De acordo com Libâneo (2016), é comum que as atuais diretrizes educacionais no Brasil foquem em resultados mensuráveis e objetivos econômicos, deixando em segundo plano a relevância da formação completa das crianças e a função essencial dos professores de Educação Infantil nesse contexto. Essa exigência tem levado muitos profissionais a buscar cursos oferecidos por instituições privadas e a recorrer a modalidades de ensino a distância (EaD), o que acaba por favorecer o crescimento e a consolidação desses setores no mercado educacional.

No entanto, essa dependência de cursos externos pode levantar preocupações quanto à qualidade e pertinência da formação recebida pelos professores. Muitas vezes, os cursos oferecidos por instituições privadas e em modalidade EaD podem não estar alinhados com as reais necessidades e desafios enfrentados pelos professores em seu cotidiano nas salas de aula. Isso pode resultar em uma formação fragmentada, descontextualizada e pouco efetiva para o desenvolvimento de práticas pedagógicas de qualidade. (Libâneo, 2016)

De acordo com Eras (2013), é necessário promover uma visão mais ampla e humanizada da educação, que respeite a diversidade, incentive a criatividade e valorize o papel dos professores como agentes de transformação social. Investir na qualificação de professores, no desenvolvimento de programas de formação continuada alinhados com as demandas reais das escolas e dos alunos, pode contribuir para a promoção de práticas pedagógicas de qualidade e para a valorização do ensino.

Sendo assim, é fundamental que as políticas educacionais ofereçam formação continuada para os professores, garantindo que estejam sempre atualizados e preparados para atender às necessidades dos alunos com deficiência.

2.1A EDUCAÇÃO INFANTIL NA FORMAÇÃO INTEGRAL DAS CRIANÇAS

A Educação Infantil, conforme preconizado pela BNCC (Brasil, 2017), é reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica, destacando a importância da articulação entre cuidar e educar, tendo o ambiente familiar e comunitário como importantes aliados para o sucesso das práticas pedagógicas. Nesse contexto, as creches e pré-escolas têm o papel de valorizar as vivências e conhecimentos das crianças, promovendo experiências significativas nos cinco campos de experiências:

Conviver, Brincar, Participar, Explorar e Expressar, orientando a promoção do desenvolvimento integral das crianças, contemplando aspectos físicos, afetivos, sociais, éticos e simbólicos, fundamentais para sua formação.

Pasqualini e Martins (2020) destacam a importância da Educação Infantil no contexto brasileiro como um nível fundamental para a formação integral das crianças, ressaltando a necessidade de promover o desenvolvimento pleno dos alunos desde os primeiros anos de vida, em conformidade com a BNCC.

Não obstante, Pasqualini e Martins (2020) criticam a BNCC por sua insuficiência em promover uma formação integral, já que seus objetivos não abrangem todas as dimensões do desenvolvimento infantil, resultando em uma educação superficial. Elas destacam que a BNCC favorece modelos informais e assistemáticos, comprometendo uma estratégia sistemática para o aprendizado. Além disso, alertam que sua implementação pode reproduzir desigualdades educacionais, desconsiderando as especificidades e contextos das crianças em um cenário de conflitos sociais. As autoras defendem a necessidade de repensar as práticas pedagógicas com uma perspectiva histórico-crítica, que valorize a formação integral e o desenvolvimento das crianças, superando as limitações da BNCC. Essas críticas evidenciam a preocupação com a qualidade da Educação Infantil e a urgência de um currículo que atenda às potencialidades e necessidades das crianças, promovendo um desenvolvimento mais completo e significativo.

Neste cenário, a BNCC (2017) surge como um documento orientador que estabelece os direitos de aprendizagem e os objetivos de desenvolvimento para as crianças nessa fase. Essa normativa ao definir os campos de experiência e os grupos etários, busca proporcionar uma educação de qualidade que respeite as características e necessidades específicas de cada faixa etária, promovendo assim o desenvolvimento pleno das crianças.

A articulação entre a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um desafio e uma oportunidade para repensar práticas pedagógicas, garantindo uma educação de qualidade que atenda às demandas e potencialidades das crianças em suas primeiras experiências educacionais. Nesse contexto, é essencial reconhecer as capacidades de supercompensação no âmbito da educação de pessoas com deficiência. A supercompensação refere-se à habilidade do indivíduo de desenvolver competências e habilidades que compensam suas limitações.

Essa abordagem, fundamentada na teoria histórico-cultural, propõe que a deficiência não deve ser encarada apenas como uma falta, mas também como uma fonte de forças e potencialidades que podem ser aproveitadas no processo educativo. Conforme discutido por Vigotski (1997), a educação deve se basear nas tendências psicológicas que favorecem o desenvolvimento, em vez de se concentrar apenas nas limitações. A supercompensação sugere que, diante de um desafio, o ser humano tende a reagir de maneira a fortalecer suas habilidades, promovendo um desenvolvimento que busca a inclusão social e a autonomia do indivíduo. Portanto, a educação deve ser organizada para maximizar essas tendências naturais de compensação, possibilitando que as crianças com deficiência alcancem uma posição social relevante e valorizada (Rangel; Prestes; Tunes, 2023). Essa perspectiva é corroborada por Silva, Dureck e Zanetti (2011), que ressaltam a importância de criar ambientes de aprendizagem que respeitem a diversidade e aguçar a autonomia das crianças.

Assim, ao integrar a BNCC, os educadores são incentivados a desenvolver práticas que não apenas atendam às exigências normativas, mas que também promovam uma educação inclusiva e contextualizada, valorizando as singularidades de cada aluno e contribuindo para seu desenvolvimento integral.

Portanto, a integração entre a BNCC e um currículo que contemple a totalidade do desenvolvimento humano, aliada a uma prática educacional que reconheça a diversidade cultural e social dos alunos, é essencial para promover uma educação inclusiva e de qualidade.

Diante do exposto, compreende-se que a Educação Infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, sendo essencial garantir práticas pedagógicas adequadas nessa etapa inicial da educação.

Nesse contexto, a promoção de programas educacionais, como o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) pelo MEC, um programa de esfera nacional que visa fomentar a formação de professores em quinze estados brasileiros e no Distrito Federal, por meio do Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023 para o desenvolvimento da leitura e da escrita na Educação Infantil. Ele representa uma iniciativa significativa no cenário educacional brasileiro, evidenciando o compromisso em fortalecer a qualidade da educação desde os primeiros anos de vida das crianças. Esse Programa tem como objetivo principal capacitar aproximadamente 295 mil professores que atuam na Educação Infantil, visando não apenas o desenvolvimento das competências profissionais, mas

também a promoção de espaços seguros e equitativos para todas as crianças.

Além disso, busca-se promover o desenvolvimento da linguagem escrita e da leitura, proporcionando às crianças oportunidades enriquecedoras para explorar e aprimorar seus conhecimentos nesse âmbito (Brasil, 2024).

No entanto, é importante questionar a ideia de alfabetização precoce na Educação Infantil, considerando que o desenvolvimento infantil é um processo complexo que envolve múltiplas dimensões para além da aquisição da leitura e escrita. Priorizar precocemente o ensino formal de aspectos como a alfabetização pode desconsiderar a importância do brincar, da socialização e da construção de vínculos afetivos, aspectos essenciais para o pleno desenvolvimento infantil.

Conforme destacado por Nery (2007), a Educação Infantil é um espaço de aprendizagem que deve priorizar o brincar, a interação social e o desenvolvimento integral das crianças. A autora ressalta a singularidade da infância como um período importante na vida, no qual as crianças constroem seus conhecimentos por meio de experiências lúdicas e significativas.

Nery enfatiza a importância dos educadores reconhecerem e respeitarem as particularidades de cada criança, criando espaços que respeitem cada um, tendo a brincadeira como uma atividade essencial na Educação Infantil. Também permitindo que as crianças explorem, experimentem, criem e se relacionem com o mundo ao seu redor, ampliando seus repertórios de conhecimento. A autora, então, defende uma estratégia pedagógica que valorize a autonomia, a criatividade e a expressão das crianças, reconhecendo o brincar como uma forma legítima de aprendizagem nesse contexto educacional.

Sendo assim, as produções apresentadas contribuíram com o avanço da pesquisa e da prática pedagógica na área do Ensino Colaborativo, o evidenciando como uma abordagem com potencial de promover a inclusão escolar de alunos com deficiência, destacando a importância da formação docente para a concretização do Ensino Colaborativo no trabalho entre os professores da sala de aula comum e os da Educação Especial, como afirmam Anjos (2022), Azevedo (2020), Barbosa (2020), Chiristo (2019), Coutinho, (2023), Lemos, (2022), Magaieski, (2021), Mendes, (2016), Passos (2022), Santos (2019), Santos (2021).

Os resultados desta análise sugerem o Ensino Colaborativo como uma

abordagem significativa para a promoção da inclusão escolar, destacando o esforço conjunto entre toda a comunidade escolar, principalmente entre professores. Além disso, o Ensino Colaborativo é uma estratégia complexa que envolve diferentes dimensões políticas, pedagógicas, institucionais e sociais.

Com base nos estudos analisados, observou-se que, no intervalo temporal de 2015 a 2023, houve um acréscimo nas produções científicas relacionadas ao tema.

A promulgação da Lei Federal 13.146 (Brasil, 2015) ocorreu concomitantemente aos sete anos subsequentes à implementação da PNEEI (Brasil, 2008). Não obstante, uma das lacunas identificadas nas produções científicas sobre Ensino Colaborativo na Educação Infantil é a carência de estudos que investiguem de maneira aprofundada os resultados e os impactos dessa abordagem pedagógica no contexto específico das crianças com deficiência nessa etapa educacional. As produções analisadas tendem a enfatizar mais a teoria do Ensino Colaborativo do que sua aplicação prática e os resultados concretos no desenvolvimento e aprendizagem das crianças com deficiência.

Também observa-se uma escassez de estudos que abordem as percepções e experiências dos professores e profissionais da Educação Infantil em relação ao Ensino Colaborativo, o que poderia oferecer informações valiosas para aprimorar as práticas inclusivas. Portanto, a necessidade de preencher essas lacunas se justifica pela importância de compreender de forma e detalhada como o Ensino Colaborativo pode ser implementado e potencializado para promover a escolarização e o desenvolvimento das crianças com deficiência na Educação Infantil.

Para que Ensino Colaborativo contemple a perspectiva da Educação Inclusiva, medidas significativas precisam ser adotadas, como organização da equipe gestora, e metas e objetivos no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar, para que consigam enfrentar os desafios que impedem sua efetivação – como a falta de formação adequada, principalmente a formação específica dos professores em Ensino Colaborativo. Também a falta de recursos e infraestrutura, a resistência de alguns professores e familiares à inclusão escolar, haja visto que o Ensino Colaborativo ainda é um processo novo na maioria das escolas brasileiras.

Nesse contexto, propõe-se a construção de sistemas educacionais inclusivos, acompanhados da reorganização de escolas e classes especiais. Essa iniciativa resultou em uma alteração significativa, tanto na estrutura quanto na cultura escolar,

atendendo às especificidades de todos os estudantes. Desta forma, apareceram publicações sobre o Ensino Colaborativo na Educação Infantil a partir de 2016, principalmente na Base de Dados da Capes.

Ainda há muitos obstáculos a serem superados para que a PNEEPEI possa ser efetivada e cumpra com seu papel, garantindo uma educação de qualidade para os alunos com deficiência. A concretização das políticas de inclusão escolar das pessoas com deficiências é dificultada por elementos que corroboram esses obstáculos, como carência de estruturas adequadas, e políticas de formação continuada de professores, que promovam práticas e estratégias que contribuam com o processo de escolarização dessas pessoas de forma justa e com equidade. Para tanto, necessita-se de engajamento e investimentos na formação dos profissionais da educação, para a promoção de um ensino de qualidade para todos, conforme mencionam Coutinho (2023) e Anjos (2022).

O escopo desta pesquisa revelou a compreensão de que a inclusão escolar é um compromisso necessário, que deve sempre permear toda a trajetória educacional do sujeito, explorando não apenas os benefícios do Ensino Colaborativo, mas também as complexidades inerentes a essa prática (Mendes, 2016). As contribuições advindas da análise crítica dessas produções acadêmicas, poderá auxiliar os educadores no aprimoramento de estratégias pedagógicas e promover uma educação que transcenda barreiras físicas, intelectuais e atitudinais.

Portanto, diante da análise das dissertações e teses, constatou-se que o Ensino Colaborativo, enquanto estratégia de ensino, vem se mostrando promissor, porém desafiador, exigindo que os profissionais envolvidos no processo de escolarização das pessoas com deficiência reflitam sobre sua atuação pedagógica. A abordagem propõe um trabalho com mais diálogo, divisão de tarefas, compartilhamento de ideias e responsabilidades. As pesquisas também apontaram a necessidade de formação continuada na perspectiva do Ensino Colaborativo para que as escolas sejam mais inclusivas com a promoção de condições justas e uma educação de qualidade para as pessoas com deficiência.

No próximo capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados, as etapas e estratégias empregadas para a coleta, análise e interpretação dos dados.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos que fundamentaram o estudo, detalhando a trajetória e o delineamento da pesquisa. Serão discutidos os procedimentos e instrumentos de coleta e análise de dados utilizados ao longo da investigação. A abordagem metodológica adotada será descrita em detalhes, destacando a sua relevância para a compreensão dos resultados obtidos. Este capítulo fornecerá o caminho metodológico percorrido, evidenciando o processo de pesquisa empregado para alcançar os objetivos propostos neste estudo.

Para atingir os objetivos propostos e responder ao problema formulado, esta pesquisa se caracteriza por ser descritiva e explicativa. Para Gil (1989), a pesquisa descritiva busca registrar e apontar o cenário de uma situação, em que a natureza do elo entre variáveis é realizada a partir de uma pesquisa explicativa. Optou-se pela abordagem qualitativa, voltada para a investigação coletiva dos seres humanos e a interpretação da realidade subjetiva, sem a crença da importância para explicação, predição e controle (Vilelas, 2009).

3.1 LOCAL DE ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida em um CEI da rede municipal de ensino de uma cidade de Santa Catarina. Os dados desta seção serão apresentados em valores aproximados do local por questões éticas, mantendo o sigilo e anonimato da localidade da pesquisa. Por conta disso, as referências também não estarão completas. O município está localizado em Santa Catarina, com dimensão territorial de aproximadamente 386.693 km² e mais de 30.000 habitantes (IBGE, 2022).

Compreender os números extraídos do Censo Escolar de 2022 (IBGE, 2022) é importante para avaliar o panorama educacional local em relação à Educação Infantil e especial no município. Essas informações são fundamentais para embasar a tomada de decisões e a implementação de políticas educacionais bem-sucedidas.

De acordo com o site da prefeitura, em relação à Educação Infantil, o município abriga cerca de 19 CEIs municipais. As matrículas distribuem-se nas diferentes etapas, com aproximadamente 1.243 crianças na creche e 1.465 na pré-escola. Vale ressaltar que esse contingente inclui crianças que fazem parte do

público da Educação Especial, evidenciando o comprometimento da comunidade com a inclusão escolar.

Um aspecto relevante a ser destacado é a acessibilidade nos CEIs. Aproximadamente metade deles apresentam estruturas que favorecem a acessibilidade, totalizando um ambiente inclusivo para todas as crianças, independentemente de suas especificidades (IBGE, 2022).

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa consistem em quatro professoras regentes, dois professores e uma professora do suporte pedagógico, atuantes nas salas de aula do Jardim, Pré I e II da Educação Infantil de um CEI. A escolha deste CEI se justifica pelo fato de a pesquisadora já conhecer e trabalhar na instituição, o que proporciona uma compreensão do contexto educativo e das dinâmicas que permeiam o ambiente escolar. Além disso, essa familiaridade com o espaço e com os profissionais envolvidos possibilita uma análise mais rica e contextualizada das metodologias utilizadas, especialmente no que diz respeito à inclusão escolar de estudantes com deficiência nas salas de aula comuns.

Ao integrar a equipe de docentes, a pesquisadora teve a oportunidade de se familiarizar com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, que orienta as práticas educativas e reflete um compromisso com a qualidade da educação. A escolha do CEI, portanto, não apenas se fundamenta na sua proposta pedagógica, mas também na vivência e na experiência da pesquisadora, que busca contribuir para o aprimoramento das práticas inclusivas e para a formação de um ambiente educacional que valoriza a diversidade e promove o desenvolvimento integral de todas as crianças.

A amostra deste estudo é por conveniência. A escolha justifica-se pelo fato de a autora ser professora da rede municipal, o que é um pré-requisito para inscrição no Processo Seletivo para o Exame Nacional de Acesso ao PROFEI (PROFEI, 2022). Para a seleção da amostra, utilizou-se como critérios de inclusão professores(as) regentes e professores(as) do suporte pedagógico das salas de aula com crianças com deficiências. Como critérios de exclusão, foram considerados os profissionais que não atendem em suas salas de aula crianças com deficiências.

Após entrar em contato pessoalmente com as funcionárias da Secretaria

Municipal da Educação e da direção do CEI para apresentação do projeto de pesquisa, a pesquisadora enviou por e-mail o projeto de pesquisa e a solicitação dos Termos de Autorização assinados. Posteriormente foi feita a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética da UEPG, sendo aprovado no processo 73576623.00000.0105. Feito isso, a pesquisadora apresentou pessoalmente o projeto de pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) aos oito professores do CEI em reunião presencial previamente agendada. Em seguida, os termos foram enviados aos professores por e-mail para assinatura e consentimento.

É importante ressaltar que o nome da escola e do local da pesquisa não serão divulgados, visando preservar a identidade dos envolvidos. Sete professores assinaram o TCLE, demonstrando seu consentimento para participar da pesquisa. Após o término da pesquisa, a apresentação dos resultados da pesquisa aos participantes será realizada em uma reunião previamente agendada após a defesa da dissertação.

Vale ressaltar que, embora os riscos sejam mínimos, existiu a possibilidade de constrangimento, cansaço e recusa em responder alguma pergunta por parte dos participantes. No entanto, nenhum professor desistiu ou reclamou durante o processo de pesquisa. Além disso, a presente pesquisa apresenta como benefícios a oportunidade de produção de conhecimento e aprofundamento teórico, tanto para a qualificação enquanto educadora, quanto também para subsidiar a análise sobre as políticas educacionais implementadas.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se o questionário, definido como:

[...] uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, que tem por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas (Gil, 1989, p. 124).

De acordo com Gil (1989), as questões de um questionário devem ser formuladas de maneira simples, evitando linguagem complexa que possa dificultar o entendimento, sendo objetivas e claras para evitar ambiguidades. Foram empregados dois questionários: um para a obtenção de dados da pesquisa que subsidiaram a elaboração do recurso educacional aberto (Apêndice C) e outro para sua validação (Apêndice D).

No primeiro questionário as perguntas foram relacionadas com o objeto de pesquisa e seus objetivos. Para tanto, foi utilizado um questionário eletrônico, desenvolvido no Formulário Google, contendo 21 questões. O instrumento consta no Apêndice C com a omissão do nome da escola e local – para preservar a identidade dos envolvidos. A escolha deste formato justifica-se pela facilidade de coleta das informações e análise dos dados. Foram abordados os seguintes temas: perfil profissional, educação, práticas pedagógicas e Ensino Colaborativo, a saber:

- Perfil Profissional: sete questões sobre idade, estado civil, identidade de gênero, formação acadêmica, tempo de atuação profissional, tempo de atuação na instituição e busca por especializações recentes.
- Educação: quatro questões sobre o entendimento do participante sobre inclusão escolar: se a secretaria de educação oferece formação, participação em formações continuada, se as expectativas de educação para todos são atendidas no local de trabalho.
- Práticas Pedagógicas: três questões sobre as estratégias pedagógicas utilizadas para promover a inclusão escolar, avaliação do progresso das crianças em relação aos objetivos de aprendizagem estabelecidos e conhecimento sobre Ensino Colaborativo.
- Ensino Colaborativo: duas questões sobre conhecimento prévio referente ao Ensino Colaborativo. Ressalta-se que antes da aplicação do questionário com os participantes da pesquisa, foi realizado um pré-teste com quatro professoras de outra instituição escolar para identificar a necessidade de possíveis ajustes. De acordo com Wartha e Santana (2020), essa abordagem contempla a validação do questionário antes da sua aplicação com os participantes da pesquisa, contribuindo para sua eficácia e confiabilidade.

Antes do envio para as participantes da pesquisa, foi realizado pré-teste com quatro professoras mestrandas do PROFEI para sua validação, com feedback sobre

a clareza, relevância e organização das perguntas, bem como a compreensão e adequação das opções de resposta. Com base no feedback recebido, foram realizados ajustes na sequência das perguntas para melhorar a fluidez e lógica do questionário. Além disso, foram feitas modificações na configuração das opções de resposta, incluindo a adição de mais opções, simplificação de linguagem e ajustes na escala de avaliação quando necessário. Essas alterações foram implementadas com o objetivo de tornar o questionário mais coerente relevante para os participantes, garantindo assim a qualidade e precisão da coleta de dados para a pesquisa.

As respostas das participantes aos questionários foram analisadas por meio da interpretação dos dados, conforme metodologia proposta por Gil (1989). A interpretação dos dados de acordo com a autora pode ser realizada por três etapas: Organização e Agrupamento dos Dados Coletados; Análise Descritiva dos Dados; Análise Inferencial dos Dados, a saber:

1. Organização e Agrupamento dos Dados Coletados: análise e interpretação dos dados coletados pelo questionário serão organizados e agrupados de acordo com as categorias relevantes para o estudo. Para tanto, foram tabulados, gerando uma tabela com frequência, percentuais e medidas;
2. Análise Descritiva dos Dados: análise descritiva dos dados, nessa etapa, os dados são analisados utilizando-se medidas como média, moda, mediana e desvio padrão, a fim de se obter uma visão geral sobre os resultados obtidos;
3. Análise Inferencial dos Dados: a análise inferencial dos dados é a um estudo mais aprofundado dos dados, utilizando-se técnicas estatísticas mais complexas para se obter conclusões mais precisas e confiáveis. Essa etapa pode incluir testes de hipóteses, análise de variância e correlação entre variáveis.

A seguir, serão apresentados os resultados e discussões do estudo.

CAPÍTULO 4

ANÁLISES DOS DADOS: ENSINO COLABORATIVO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Nesse capítulo, será abordado a caracterização dos profissionais participantes da pesquisa: professores regentes e professores do suporte pedagógico das sala de aula comum. Os resultados do questionário apresentam informações sobre o perfil desses profissionais, como tempo de atuação na docência, formação relacionada à educação e estratégias pedagógicas utilizadas para promover educação justa e equitativa para todos, além da compreensão dos professores sobre o Ensino Colaborativo e sua aplicação na inclusão de alunos com deficiência.

Destaca-se a importância de caracterizar os profissionais envolvidos na pesquisa para compreender melhor seu perfil, experiência na docência, formação em Educação e as estratégias pedagógicas adotadas para promover a inclusão escolar.

Ao analisar o perfil e as práticas dos profissionais envolvidos, identifica-se oportunidades de aprimoramento e adoção de estratégias conjuntas para fortalecer a inclusão escolar de maneira mais adequada.

A diversidade de idades entre os professores participantes, abrangendo uma faixa etária de 30 a 53 anos, evidencia a heterogeneidade de experiências e trajetórias profissionais presentes no contexto educacional. Essa variedade etária não apenas enriquece o ambiente de trabalho, mas também promove a construção de uma comunidade de aprendizagem mais rica e inclusiva. A interação entre profissionais de diferentes gerações possibilita a troca de saberes, a valorização de práticas pedagógicas consolidadas e a introdução de novas abordagens inovadoras, resultando em um ambiente propício ao desenvolvimento profissional contínuo e à melhoria da qualidade do ensino. Além disso, a diversidade etária entre os professores pode contribuir para a promoção de um ambiente educacional mais colaborativo, onde a valorização das experiências e perspectivas individuais fortalece a colaboração, a criatividade e a resolução de desafios educacionais.

Neste contexto, a heterogeneidade de idades no corpo docente demonstra a pluralidade da sociedade e potencializa a construção de uma comunidade educativa mais inclusiva, preparada para enfrentar as demandas contemporâneas da educação.

Carvalho (2018) destaca que a diversidade no ambiente escolar é fundamental para promover um aprendizado mais rico e significativo, permitindo a troca de diferentes perspectivas e experiências. Essa diversidade abrange as variadas origens étnicas e culturais dos alunos, bem como diferenças de gênero, habilidades, formações acadêmicas e experiências profissionais dos educadores. Ao integrar essas múltiplas dimensões, a escola se torna um espaço educacional dinâmico, capaz de atender às diversas necessidades dos alunos e fomentar um ambiente de aprendizado colaborativo. Essa pluralidade valoriza a singularidade de cada indivíduo, promovendo um desenvolvimento integral e preparando todos os envolvidos para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

Os dados da pesquisa revelam uma diversidade de autodeclaração étnico-raciais entre os sete participantes. A maioria se identificou como brancos, seguido por um participante pardo e um negro, enquanto dois participantes não forneceram essa informação. Essa variedade de identidades étnicas destaca a importância da diversidade e representatividade no ambiente educacional, ilustrando a complexidade das relações étnico-raciais na sociedade. Conforme ressaltado por Carneiro (2002), a valorização da diversidade é importante para estabelecer um ambiente em que todos participem e sejam respeitados, evidenciando a complexidade das interações étnico-raciais na sociedade.

Essa abordagem não apenas promove a aceitação e o respeito mútuo entre diferentes grupos, mas também enriquece as experiências coletivas, permitindo que vozes diversas sejam ouvidas e valorizadas. Ao reconhecer e celebrar as diferenças, podemos construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos tenham a oportunidade de desenvolvimento. Portanto, ao considerar e respeitar as diferentes identidades étnicas dos participantes, as instituições educacionais podem contribuir para a promoção da equidade e para o fortalecimento de um ambiente educacional mais justo e plural.

Os dados revelam um cenário interessante no contexto educacional analisado, com a predominância de mulheres em relação aos homens. Essa tendência de maior presença feminina no campo da educação está alinhada com estudos que apontam a predominância de mulheres na docência em diversos níveis de ensino (Oliveira, 2004). Além disso, o fato de todos os participantes possuírem mais de 10 anos de experiência no ensino indica uma equipe docente com um nível significativo de experiência profissional e conhecimento consolidado, o que pode

contribuir para a qualidade do ensino oferecido (Carvalho, 2018).

Todos os professores são pedagogos, e essa formação evidencia um comprometimento com o aprimoramento profissional e a preparação para lidar com as demandas em constante transformação no cenário educacional. A formação em Pedagogia é um pilar fundamental para a qualificação dos professores e sua atuação no campo da educação, visto que a formação de professores em Ensino Médio ainda é uma realidade em muitos municípios do país.

Tal formação é um elemento relevante para a qualificação dos professores, mas não garante, por si só, a efetiva inclusão escolar. Entretanto, essa formação pode contribuir para a preparação dos educadores para as tarefas e responsabilidades inerentes ao ensino, além de habilitá-los a compreender as nuances da prática pedagógica e a desenvolver estratégias para promover a aprendizagem dos alunos (Raymundo, 2008). Essa preparação não se restringe apenas à aquisição de conhecimentos teóricos, mas também está intrinsecamente ligada aos princípios dos direitos humanos, promovendo uma abordagem inclusiva, respeitosa e atenta às diversidades presentes em sala de aula.

Ao adotar uma postura que valoriza a dignidade, a igualdade e o respeito pelos direitos de todos os alunos, os professores se tornam agentes de transformação social e defensores dos direitos fundamentais de cada indivíduo. Assim, a formação em Pedagogia não apenas contribui para a qualidade do ensino, mas também para o desenvolvimento profissional dos professores, alinhando-se aos princípios dos direitos humanos e à promoção de uma educação inclusiva (Raymundo, 2008).

A participação da maioria dos professores em formações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação demonstra alinhamento com as políticas e iniciativas educacionais locais, indicando um comprometimento por parte dos professores em melhorar suas práticas pedagógicas e alinhá-las às diretrizes da rede de ensino municipal. Essa interação em formações continuadas promovidas pela Secretaria pode favorecer a introdução de novas abordagens educacionais e o fortalecimento da comunidade escolar.

No contexto das formações relacionadas à educação, a constatação de que a maioria dos professores já participou de alguma formação, especialmente nos últimos 2 anos, demonstra um interesse e comprometimento significativos com o desenvolvimento profissional contínuo.

Esse engajamento dos docentes em atividades formativas pode ser interpretado como uma resposta às demandas de atualização frente às constantes transformações no campo educacional, bem como demonstrar o desejo de aprimorar suas práticas pedagógicas e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. Essa análise é corroborada por Carvalho (2018), que destaca a importância da formação continuada para a efetividade do ensino e o desenvolvimento profissional dos professores. O autor argumenta que a formação não apenas enriquece o repertório pedagógico dos professores, mas também os prepara para enfrentar os desafios contemporâneos da educação, promovendo práticas que contemplem a todos. Além disso, Carvalho (2018) enfatiza que a formação continuada deve ser vista como um processo colaborativo, em que os educadores compartilham experiências e aprendizados, fortalecendo a comunidade escolar e contribuindo para um ambiente de ensino mais dinâmico e inovador.

A busca por formação continuada não apenas demonstra a preocupação dos professores em se manterem atualizados e capacitados para enfrentar os desafios contemporâneos da educação, mas também ressalta a importância atribuída à profissionalização e ao aprimoramento constante como pilares fundamentais para o exercício da docência de qualidade. Essa postura representa um compromisso com a excelência educacional e com o desenvolvimento integral dos alunos, indicando a relevância da formação continuada como um meio essencial para a promoção de práticas pedagógicas alinhadas com as demandas da sociedade atual.

No que diz respeito às estratégias pedagógicas para promover a inclusão escolar, os resultados indicam que as mais comuns incluem o planejamento diferenciado, a adaptação das atividades e o incentivo à participação de todos os alunos. Santos e Lopes (2020) ressaltam a importância dessas práticas para garantir a efetiva participação e aprendizagem de todos os estudantes.

O planejamento diferenciado permite aos educadores ajustar suas abordagens de ensino para atender às diversas características e necessidades dos alunos, promovendo a igualdade de oportunidades de aprendizagem. Além disso, a adaptação das atividades possibilita que todos os alunos tenham condições de acesso ao conteúdo, atendendo às suas necessidades específicas. Por fim, o encorajamento à participação ativa de todos os alunos não apenas fortalece a colaboração e o respeito mútuo na sala de aula, mas também promove o desenvolvimento social e emocional essenciais para a formação integral dos

estudantes.

Assim, a implementação de estratégias pedagógicas inclusivas é fundamental para construir uma escola que acolha a diversidade e promova o sucesso de todos os alunos.

No que diz respeito a inclusão escolar, a análise das respostas sobre o entendimento revela a ótica que os professores têm sobre o tema. Elas destacam a importância de aceitar e valorizar a diversidade, garantir a participação plena de todos os alunos e promover a inserção e permanência dos estudantes com necessidades especiais. Além disso, enfatizam a necessidade de atender às diferentes demandas dos alunos e promover a igualdade e colaboração no ambiente escolar.

As respostas também evidenciam a importância de práticas inclusivas que garantam a participação e o desenvolvimento de todos os estudantes. A valorização da igualdade, colaboração e inserção revela a necessidade de construir uma comunidade escolar que respeite a todos.

Segundo Costa, Martiniak e Padilha (2021), a diversidade de perspectivas mostra a complexidade do conceito de inclusão escolar, que vai além da presença física dos alunos na escola. Envolve a criação de um ambiente onde cada aluno é respeitado em sua individualidade, suas diferenças são valorizadas e suas necessidades são atendidas de forma adequada.

Ao analisar as respostas dos participantes sobre as práticas pedagógicas utilizadas para promover a inclusão escolar, nota-se uma variedade de abordagens voltadas para atender às necessidades de cada aluno, como a adaptação de atividades lúdicas, o incentivo à participação ativa, a realização de rodas de conversa, e a criação de um ambiente seguro. Complementando essa diversidade, os planejamentos que respeitam as particularidades de cada estudante incentivam sua participação em todas as atividades propostas, destacando a criação de um ambiente que fomente a diversidade e a equidade. As rodas de conversa, em que cada criança pode compartilhar sua opinião e conhecimento prévio com a promoção da exploração de espaços e instigação do trabalho em equipe para resolver desafios, revela a preocupação em valorizar a individualidade de cada aluno.

Ao adotar abordagens pedagógicas diversas, é possível garantir a participação efetiva de todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades especiais, promovendo um ambiente educacional mais equitativo e diversificado. A

diversidade de métodos de ensino, conforme destacado por Martiniak, Oliveira e Silva (2023), desempenha um papel fundamental na inclusão escolar, permitindo que cada aluno tenha oportunidades justas de aprendizado e participação. Além disso, a criação de materiais pedagógicos adequados, conforme preconizado por Silva, Tureck e Zanetti (2017), é essencial para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, facilitando seu aprendizado e promovendo a participação ativa de todos os estudantes com deficiência e os demais. Essas práticas expõem o compromisso com a educação inclusiva e com a promoção do desenvolvimento integral de cada criança, respeitando suas singularidades e garantindo um ambiente educacional enriquecedor.

Apenas dois participantes demonstraram conhecimento sobre o Ensino Colaborativo, destacando a necessidade de formação nessa abordagem entre os professores. Essa lacuna ressalta a necessidade de investir em iniciativas que promovam a disseminação e o aprimoramento do Ensino Colaborativo. Como ressaltado por Anjos (2022), a preparação dos professores nesse contexto colaborativo não apenas amplia suas ferramentas pedagógicas, mas também fortalece a construção de uma escola em que a diversidade é valorizada e os alunos são atendidos com equidade e justiça.

Ao analisar a importância da formação em Ensino Colaborativo, percebemos que a falta de conhecimento sobre essa abordagem entre os professores pode impactar as práticas colaborativas na escola. Conforme destacado por Volaringa e Mendes (2009), a participação voluntária dos profissionais, aliada ao crescimento profissional proporcionado pelo Ensino Colaborativo, é essencial para o sucesso desse modelo. Portanto, é fundamental que os educadores sejam capacitados e incentivados a adotar práticas colaborativas, a fim de promover um ambiente educacional inclusivo e colaborativo.

É relevante destacar que uma parte significativa dos participantes expressou o desejo de aprender mais sobre o Ensino Colaborativo, evidenciando a importância de promover a divulgação e a discussão sobre o tema para atender à demanda por informações e esclarecimentos. Essa disposição para ampliar o conhecimento destaca a relevância de oferecer oportunidades de aprendizado e sensibilização para uma implementação dessa prática educacional. Bustamante e Souza (2020) ressaltam a importância de identificar as possibilidades e desafios do Ensino Colaborativo, considerando a parceria entre os docentes de classe regular e os

professores do AEE. Portanto, é fundamental promover a disseminação e discussão sobre o Ensino Colaborativo nas escolas, visando implementar a prática educacional e garantir uma escola inclusiva para todos.

Ao serem questionados sobre o trabalho conjunto entre colegas, os professores apresentaram respostas diversas, enquanto dois professores afirmaram que os colegas colaboram sempre que solicitados, outros dois responderam que nunca colaboram, e três indicaram que a colaboração ocorre às vezes. Esse cenário revela que, apesar do termo “Ensino Colaborativo” não ser amplamente reconhecido ou utilizado pelos professores, a prática de colaboração entre eles está presente de forma orgânica no dia a dia escolar. Nesse sentido, a prática de colaboração entre os professores é descrita como algo que acontece de forma intrínseca e integrada ao cotidiano escolar.

Na dinâmica educacional atual, um paradoxo se revela: mesmo que apenas dois participantes tenham respondido que os professores colaboram sempre entre si, destacam-se situações de colaboração entre os docentes. A interação e o trabalho conjunto entre eles ocorre em diversas situações em sala de aula: essa prática colaborativa pode se manifestar em momentos de planejamento conjunto, desenvolvimento de materiais pedagógicos, elaboração de relatórios em equipe e outras atividades que envolvem a troca de conhecimentos e experiências entre os professores.

Assim sendo, mesmo sem uma designação específica, a essência do Ensino Colaborativo está presente nas interações e parcerias estabelecidas entre os professores no ambiente escolar. Segundo Capellini e Mendes (2008), a força da colaboração reside na capacidade de unir os conhecimentos individuais dos educadores, promovendo sentimentos de interdependência positiva, desenvolvendo estratégias criativas de resolução de problemas e apoiando-se mutuamente para assumir as responsabilidades educacionais.

Portanto, o paradoxo se revela na aparente contradição: embora alguns participantes da pesquisa tenham indicado que não percebem colaboração entre eles, a pesquisadora observou em seu ambiente de trabalho a presença de práticas colaborativas nas interações e parcerias estabelecidas entre os professores.

Essa dualidade sugere a existência de um potencial ainda pouco explorado de colaboração entre os professores, que pode ser aproveitado para promover o Ensino Colaborativo no âmbito institucional, conforme mencionado por Capellini e

Mendes (2007). Para isso, é fundamental que as condições de trabalho sejam adequadas, permitindo que os educadores se sintam apoiados e incentivados a colaborar de maneira mais estruturada. A valorização e a institucionalização dessas práticas colaborativas podem resultar em um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz, beneficiando tanto os professores quanto os alunos.

Além da coleta de dados, durante a pesquisa e interação com os participantes, foi possível observar elementos significativos de pertencimento e colaboração entre os envolvidos. Além dos momentos de colaboração mencionados nos questionários, houve uma postura de cooperação e engajamento que transcendia as respostas formais. Os participantes demonstraram disposição em trabalhar juntos, compartilhando ideias, experiências e desafios de forma colaborativa. Essa interação enriqueceu não apenas a coleta de dados, mas também evidenciou a importância do trabalho em equipe e da construção coletiva de conhecimento. Esses momentos de colaboração não estruturados, mas igualmente valiosos, ressaltam a essência do Ensino Colaborativo e reforçam a necessidade de promover práticas que incentivem a participação ativa e a troca de saberes entre todos os envolvidos no processo educativo.

Estes dados sugerem rupturas à incompatibilidade do Ensino Colaborativo em sistemas educacionais de ensino que seguem a lógica da sociedade capitalista. Com espaços físicos e mobiliários poucos propícios ao estudo e debate, múltiplas tarefas assumidas pelas professoras, quantidade reduzida de professores para crianças matriculadas, organização do tempo de trabalho não propício à reunião de pessoas para discussão e planejamento do trabalho em comum.

Portanto, é fundamental promover um ambiente que valorize a colaboração, a troca de experiências e a construção conjunta do conhecimento, garantindo que todos os envolvidos no processo educativo possam contribuir e se beneficiar de uma educação mais inclusiva e participativa.

Durante a pesquisa, foi evidente o interesse dos gestores em conhecer e encorajar o ingresso dos professores da instituição no PROFEI. Essa demonstração de interesse em aprimorar suas práticas pedagógicas e buscar novos conhecimentos evidencia o comprometimento desses educadores com o desenvolvimento profissional e a constante melhoria da qualidade do ensino. Além disso, a pesquisadora recebeu convites para participar de forma colaborativa na organização do PPP da instituição, mesmo antes de sua qualificação de mestrado.

Essa oportunidade de participação ativa na definição e implementação de diretrizes educacionais destaca o reconhecimento da experiência e do envolvimento dos profissionais, fortalecendo ainda mais o sentimento de pertencimento e colaboração no ambiente escolar.

A compreensão do Ensino Colaborativo, conforme expressa nas respostas dos participantes, revela suas visões sobre essa prática educacional como uma estratégia que envolve a cooperação entre professores de classe regular e de Educação Especial, estabelecendo parcerias para promover o desenvolvimento de todos os alunos. Vilaronga e Mendes (2014) ressaltam a importância da colaboração com especialistas em Educação Especial para atender às demandas de todos os alunos, enfatizando a relevância da parceria entre os profissionais da educação para criar uma escola que atenda a todos com justiça e equidade. Os professores compreendem que no Ensino Colaborativo, todos os profissionais envolvidos trabalham em equipe, compartilhando ideias e ações em direção a um objetivo comum, promovendo a troca de conhecimentos e experiências para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem.

Os resultados obtidos na pesquisa corroboram as teorias discutidas ao longo deste estudo, destacando a importância do Ensino Colaborativo na formação de professores para a promoção da participação de alunos com deficiência na Educação Infantil. A análise dos dados empíricos evidenciou a relevância das práticas colaborativas entre professores da educação regular e da Educação Especial, reforçando a necessidade de uma formação continuada pautada nesses princípios. Dessa forma, os achados da pesquisa não apenas ampliam as concepções teóricas existentes, mas também fornecem subsídios para a implementação de estratégias mais inclusivas e colaborativas no contexto escolar.

4.1 ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CEI: ABORDAGENS, PLANEJAMENTO E INCLUSÃO ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS

Para a compreensão do contexto pesquisado, ressalta-se que as práticas pedagógicas do CEI e local da pesquisa, são desenvolvidas por meio de projetos pedagógicos. A apresentação da organização institucional baseia-se na experiência da pesquisadora, professora efetiva da rede pública de ensino, como mencionado anteriormente. Segundo Nery (2007), as quatro modalidades de organização dos

conteúdos de trabalho – atividade permanente, sequências didáticas, projetos e atividades de sistematização – são estratégias que contribuem para a organização do tempo pedagógico e para o desenvolvimento integral dos estudantes, possibilitando a autonomia pessoal e a responsabilidade coletiva no desenvolvimento dos projetos educativos.

Nesse contexto, cada professor desenvolve seu próprio projeto pedagógico para a sala de aula, a partir do qual é elaborado o planejamento, podendo este ser semanal, mensal ou trimestral. Para atender às necessidades dos alunos com deficiência os professores desenvolvem o Plano Educacional Individualizado (PEI).

Todos os projetos, planejamentos, registros diários, avaliação do planejamento, relatórios trimestrais e PEIs são depositados em uma plataforma digital. Registros diários das habilidades e objetivos abordados são mantidos, incluindo observações sobre o alcance dos objetivos e avaliações do planejamento. Além disso, relatórios trimestrais são elaborados, fornecendo uma visão ampla do progresso das crianças ao longo do tempo.

Essas medidas são essenciais para acompanhar o desenvolvimento das crianças, avaliar os planejamentos e implementações, facilitar o acompanhamento e a análise dos dados, e agilizar o processo de avaliação das práticas pedagógicas.

É importante ressaltar que os projetos e planejamentos são elaborados considerando todas as crianças, com adaptações feitas conforme as necessidades específicas daqueles com deficiência. Essa abordagem é alinhada com o plano de ação da instituição, garantindo uma educação inclusiva e equitativa.

No entanto, os projetos pedagógicos desenvolvidos em sala de aula, embora promovam a aprendizagem, apresentaram desafios em seu desenvolvimento para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência. Essa constatação ressalta a importância do planejamento para todos, que, conforme Anjos (2022), busca oferecer múltiplas formas de acesso e participação, sendo fundamental para garantir que todos os alunos possam interagir com o conteúdo de maneira equitativa e significativa, respeitando e valorizando suas singularidades no processo educativo.

Essa metodologia pedagógica favorece a aprendizagem ao possibilitar a articulação de diversas áreas do conhecimento e ao proporcionar a participação ativa das crianças no processo educativo. No entanto, embora haja planejamentos feitos para todos, existem desafios na implementação efetiva das práticas pedagógicas em sala de aula. A falta de formação de professores ou recursos

adequados para atender às necessidades das crianças com deficiência muitas vezes impede que todas as crianças sejam contempladas com equidade.

As estratégias pedagógicas desempenham um papel essencial na criação de escolas acessíveis e equitativas. Conforme preconizado por Santos et al. (2023), é fundamental desenvolver projetos educacionais que contemplem todas as crianças, com planejamento para todos às necessidades específicas daqueles com deficiência, em conformidade com o plano de ação da instituição, a fim de promover uma educação equitativa e inclusiva.

Com base nessas informações e nas respostas dos questionários, foi possível desenvolver um recurso educacional aberto para contribuir com algumas demandas dos professores, enriquecendo a experiência do ensino e incentivando a participação de todos os alunos.

A seguir será apresentado o processo de elaboração do recurso educacional aberto.

CAPÍTULO 5

RECURSO EDUCACIONAL ABERTO

Este capítulo apresenta a estrutura do ebook, recurso educacional aberto intitulado “Caminhos para a Educação: Formação, História e Práticas Colaborativas”. A seguir a capa do material citado:

FIGURA 1: Caminhos para a Educação: Formação, História e Práticas Colaborativas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA PRÓ-
REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
INCLUSIVA MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE – PROFEI

CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO:
FORMAÇÃO, HISTÓRIA E PRÁTICAS COLABORATIVAS



Audiodescrição: Foto com duas mãos unidas e estendidas, sob elas bonecos de papel coloridos unidos pelos braços estendidos para o alto. Fonte: <https://www.carva.com>

LIZARDÁ LUCIANO DO CARMO
Orientadora: Profa. Dra.
Karen Ribeiro

PONTA GROSSA 2024

O recurso educacional tem por objetivo contribuir para a formação continuada e a implementação do Ensino Colaborativo, visando a inclusão escolar de crianças com deficiência. O público destinado a este recurso são os professores regentes e de suporte pedagógico das salas de aula do ensino regular. Foi elaborado com base na pesquisa bibliográfica, nas contribuições da disciplina do PROFEI “Design Educacional: conceitos e estratégias para o desenvolvimento de cursos e recursos educacionais”, cursada pela mestrandia em 2023, bem como nas necessidades identificadas por meio da análise das respostas dos questionários aplicados participantes da pesquisa.

A elaboração do recurso educacional para a formação de professores permite a disseminação de conhecimentos atualizados de práticas pedagógicas, contribuindo para a construção de uma escola para todos.

A imagem da capa apresenta descrição de imagem conforme orientação do Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS, 2018a, 2018b). O exercício de descrição foi feito pela mestranda e depois revisado por uma pessoa com deficiência visual.

O material apresenta uma série de links que direcionam para leis relevantes, acompanhados de uma breve apresentação sobre cada assunto abordado. Além disso, são disponibilizados vídeos que discutem políticas da Educação Especial e o Ensino Colaborativo, com informações sobre o tempo de duração, data de publicação e ferramentas de acessibilidade utilizadas, como legendas em português. Cada vídeo é creditado ao seu respectivo autor, e um resumo conciso é fornecido para facilitar a compreensão do conteúdo. O e-book também inclui artigos com *hiperlinks*, mencionando os autores e os temas tratados, proporcionando assim um recurso completo e acessível para educadores que buscam aprofundar seus conhecimentos na área.

O material inicia com uma apresentação que contextualiza a importância da educação inclusiva, seguida de uma discussão sobre os desafios e as oportunidades que essa concepção oferta para o sistema educacional. Em seguida, uma linha do tempo da educação especial é apresentada, destacando as transformações e marcos históricos que ocorreram na escolarização de pessoas com deficiência ao longo dos anos.

O e-book também explora os marcos legais que garantem o direito à educação inclusiva, enfatizando a necessidade de uma formação adequada para professores atuarem no Ensino Colaborativo. Ainda, são oferecidas práticas pedagógicas Educação Infantil, que visam atender às necessidades e potencialidades de cada criança. O material é complementado por sugestões de vídeos de professoras de universidades públicas e artigos científicos de pesquisadoras da área que enriquecem o aprendizado. Por fim, o e-book conclui com uma indagação sobre a importância da colaboração e da inclusão escolar na construção de uma educação de qualidade para todos.

A iniciativa em oferecer vídeos e textos teve por objetivo disponibilizar meios de acesso e pesquisa de materiais de qualidade que podem contribuir na formação

profissional.

Ressalta-se que o e-book foi avaliado, pois, como mencionado por Leite (20218), os materiais produzidos devem ser avaliados de forma coletiva, levando em conta as particularidades do público a que se destinam e sendo elaborados com base em metodologias que englobem aspectos comunicacionais, pedagógicos, teóricos e críticos. Assim, para garantir a qualidade e relevância do material a pesquisa foi realizada por meio de questionário em Formulário Google (Apêndice D). Essas estratégias de avaliação são fundamentais para promover uma experiência significativa e engajadora para os usuários. O questionário abordou os seguintes tópicos: introdução; experiência com o recurso educacional; relevância e adequação do conteúdo; usabilidade e acessibilidade; sugestões e recomendações; considerações finais.

Na introdução, é apresentado o propósito do questionário e a importância da participação do participante e instrução de como usar. A seção de experiência com o recurso educacional investiga o acesso prévio ao recurso, a primeira impressão ao explorar o conteúdo, pontos positivos identificados e possíveis dificuldades encontradas. A relevância e adequação do conteúdo buscam avaliar se o material atende às necessidades dos educadores e se as práticas sugeridas são aplicáveis. A usabilidade e acessibilidade focam na avaliação da facilidade de navegação, organização do conteúdo e recursos interativos do material. As sugestões e recomendações visam coletar feedback para aprimorar o recurso e torná-lo mais útil para os professores.

Por fim, as considerações finais permitem que os participantes compartilhem quaisquer comentários adicionais sobre o recurso ou o processo de validação. A verificação de acessibilidade realizada por uma pessoa com deficiência visual foi um passo importante para garantir que o e-book, que foi enviado a ela pelo aplicativo WhatsApp, atenda às necessidades de todos os usuários. Ao receber o documento, essa pessoa analisou o conteúdo e considerou que o e-book apresenta acessibilidade, facilitando o acesso para todos os públicos. Ela destacou a importância de incluir recursos multimídia, como vídeos e áudios. Esses elementos poderiam enriquecer o material e tornar a experiência de leitura mais dinâmica e envolvente. A adição de recursos multimídia não apenas facilita a compreensão do conteúdo, mas também torna a interação com o e-book mais atrativa, especialmente para aqueles que podem ter dificuldades com textos escritos. Assim, a adição de

multimídia pode melhorar a acessibilidade e a experiência geral do usuário, promovendo um melhor aprendizado.

Como tal questionário não estava previsto no projeto inicial, foi feita a emenda na Plataforma Brasil com esta alteração. O instrumento foi testado com duas professoras mestrandas do PROFEI. Durante a fase de pré-teste, as participantes foram convidadas a preencher um questionário, no qual puderam opinar sobre a clareza, relevância e estrutura das perguntas. Além disso, elas avaliaram a compreensão e adequação das opções de resposta.

Com base nas sugestões recebidas, foram realizados ajustes no questionário para aprimorar sua estética e organização. Essas melhorias incluíram alterações nas opções de resposta, como a adição de novas alternativas, incluindo uma opção positiva, e a remoção da opção "mais ou menos". Essas modificações foram implementadas com o intuito de tornar o questionário mais coerente relevante aos participantes, garantindo, assim, a qualidade do recurso educacional.

Feitas as alterações, o recurso educacional em PDF foi enviado do e-mail institucional da pesquisadora para os e-mails de cada participantes acompanhado do questionário visando coletar suas percepções e feedback sobre o conteúdo, e usabilidade e relevância do recurso educacional aberto. Este procedimento está em conformidade com os ensinamentos de Godoi e Padovani (2009). Elas preconizam que a avaliação de material didático digital centrada no usuário é essencial para garantir a qualidade dos recursos educacionais digitais. As autoras destacam a importância de abordagens que incluem a avaliação da funcionalidade do recurso, a análise do impacto da interface no usuário e a identificação de possíveis problemas específicos.

Os resultados dos questionários apontaram que os participantes demonstraram uma avaliação positiva em relação à relevância do conteúdo do e-book para a prática pedagógica na Educação Infantil. A maioria reconheceu que o material aborda temas essenciais para a inclusão escolar e o Ensino Colaborativo, destacando a importância do planejamento conjunto e da adaptação de recursos. No entanto, dois educadores apontaram que o conteúdo do Ensino Colaborativo e inclusão escolar poderiam ser mais explorados, considerando a complexidade dos assuntos tratados e a diversidade dos educadores no CEI. Para explorar esses temas, vídeos e artigos foram incluídos no recurso educacional, proporcionando uma base mais sólida para a discussão e análise. Essa variedade de opiniões evidencia

que o tema está longe de ser esgotado, abrindo possibilidades para futuras pesquisas.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a formação continuada dos professores deve ser um processo dinâmico e contextualizado, capaz de responder às demandas específicas de cada ambiente escolar. Anjos (2022) enfatiza que a formação deve ser pragmática, ou seja, deve ser prática e orientada para a aplicação real no contexto educacional, permitindo que os educadores sejam capazes de implementar estratégias inclusivas de maneira adequada.

A autora argumenta que, ao articular conhecimentos teóricos com experiências práticas, os professores estarão mais bem preparados para enfrentar os desafios da escolarização das crianças e promover um ambiente de aprendizagem que respeite a diversidade dos alunos. Portanto, a crítica de parte dos professores sobre a necessidade de exploração dos conteúdos do e-book é válida e aponta para a importância de um suporte formativo que considere as particularidades de cada contexto educacional

Em relação à aplicabilidade das práticas e sugestões apresentadas no e-book, a maioria dos participantes considerou que as orientações são adequadas e podem melhorar a qualidade do ensino. Contudo, dois dos respondentes expressou que algumas práticas podem não ser aplicáveis em seu contexto educacional, devido a diferenças na estrutura das escolas e no perfil dos alunos. Essa observação ressalta a importância de contextualizar as práticas pedagógicas, adaptando-as às especificidades de cada ambiente escolar.

Bustamante e Silva (2020) destacam que a efetividade das práticas pedagógicas está intrinsecamente ligada ao contexto em que são implementadas. Elas argumentam que, para que as orientações sejam acertadas, é fundamental que os educadores considerem as particularidades de suas realidades, como a diversidade dos alunos e as condições estruturais das instituições. Essa perspectiva sugere que a aplicação de práticas pedagógicas deve ser um processo dinâmico, em que os professores atuem e ajustem as estratégias de ensino às necessidades de seus alunos, promovendo assim um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e significativo.

Portanto, práticas pedagógicas que contemplem a todos, não devem ser vistas apenas como uma necessidade, mas como uma oportunidade para enriquecer o processo educativo, garantindo que todos os alunos tenham acesso à uma

educação de qualidade que respeite suas individualidades e potencialidades.

Os participantes do questionário ofereceram diversas sugestões para aprimorar o e-book. Entre as recomendações, destacam-se as sugerindo mais informações sobre os temas abordados, a adição de imagens e figuras para exemplificar práticas pedagógicas, e a criação de uma linha do tempo no capítulo que discute os marcos legais da educação especial. Essas sugestões visam não apenas enriquecer o conteúdo, mas também facilitar a compreensão e a aplicação das informações apresentadas.

O feedback dos participantes revela uma preocupação com a qualidade e a usabilidade do material didático. A adição de mais informações sobre os temas abordados é uma sugestão pertinente, pois, conforme discutido por Eras (2013), a educação deve ser uma prática que respeite a diversidade e promova uma visão mais ampla e humanizada, permitindo que os educadores se tornem agentes de transformação social. A adição de imagens e figuras para exemplificar práticas pedagógicas também é uma estratégia importante, pois recursos visuais podem facilitar a compreensão e a retenção do conhecimento, tornando o aprendizado mais dinâmico e acessível.

Além disso, a proposta de criar uma linha do tempo que discuta os marcos legais da Educação Especial é uma iniciativa valiosa, pois contextualiza as informações e permite que os leitores compreendam a evolução das políticas educacionais. Essa abordagem não apenas enriquece o conteúdo, mas também contribui para a formação de uma consciência crítica sobre a legislação educacional, um aspecto fundamental na formação de professores e na prática pedagógica.

Assim, as sugestões apresentadas pelos participantes não apenas visam aprimorar o e-book, mas também alinham-se com a necessidade de uma educação que promova a valorização do papel dos educadores na sociedade, conforme enfatizado por Eras (2013).

Portanto, a análise dos resultados do questionário de validação do recurso educacional, ressalta a relevância do material para a formação e prática dos educadores. A maioria dos participantes reconhece a importância do conteúdo abordado, que se alinha às necessidades contemporâneas da educação inclusiva. No entanto, é imprescindível que as sugestões e críticas apresentadas sejam levadas em conta, a fim de que se torne uma ferramenta ainda mais útil e acessível.

As práticas pedagógicas e os recursos educacionais pensados para todos os

alunos, são fundamentais para garantir que a educação atenda às demandas com qualidade, respeitando suas particularidades e promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo.

Diante dessa premissa, os apontamentos dos participantes foram considerados na finalização do material, assegurando que ele não apenas informe, mas também inspire e oriente os professores em sua prática diária. Mesmo após estes ajustes, outras adequações serão feitas conforme indicação das professoras que compõem a banca de defesa. Por fim, o recurso educacional será apresentado aos participantes da pesquisa e demais interessados da escola.

O recurso será disponibilizado no site do PROFEI da UEPG, na categoria "Dissertações e Produtos Educacionais", e no eduCAPES.

Sendo a mestranda também professora da Educação Infantil, a troca de experiências por meio da escrita para seus colegas docentes, desempenha um importante papel no contexto educacional. Conforme Nogaro et al. (2008) a escrita e a leitura são habilidades que devem ser cultivadas de forma equilibrada em todas as áreas do conhecimento, contribuindo assim para a formação dos sujeitos. Ao se envolver na leitura de livros que compartilham experiências e conhecimentos, os professores têm a oportunidade de ampliar seu repertório, aprimorar suas habilidades de escrita e desenvolver suas práticas pedagógicas. Nesse sentido, os livros se tornam aliados poderosos no processo de ensino e aprendizagem, enriquecendo o ambiente educacional e contribuindo com o crescimento intelectual dos professores e alunos.

Espera-se que essa experiência seja ampliada para outros municípios, promovendo a preparação de professores para escolas mais inclusivas, contribuindo assim, para a formação de cidadãos éticos, autônomos e com capacidade para reconhecer seus direitos e deveres na sociedade em que vivem.

Além disso, a formação continuada dos professores é importante para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Martiniak, Oliveira e Silva (2023) enfatizam que práticas pedagógicas inclusivas e o aprimoramento constante do processo de ensino-aprendizagem são fundamentais para atender às necessidades diversificadas dos alunos.

Portanto, é necessário que os educadores busquem oportunidades de formação que os capacitem a implementar estratégias que contemplem a todos os alunos, garantindo que tenham acesso a uma educação que respeite suas

singularidades e potencialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os poucos estudos sobre Educação Infantil e Ensino Colaborativo identificados na pesquisa bibliográfica anteriormente mencionada, revelam o campo de investigação que pode ser explorado.

O objetivo desta pesquisa consistiu em identificar as possibilidades do Ensino Colaborativo existentes nas atuações dos(as) professores(as) regentes e dos(as) professores(as) do suporte pedagógico no atendimento às crianças com deficiência do Jardim, Pré I e II de um CEI de um município de Santa Catarina-SC.

Também foi desenvolvido um e-book para auxiliar os professores, propondo um trabalho colaborativo entre o professor regente, o professor de suporte pedagógico, gestores e coordenadores pedagógicos, com o objetivo de contribuir para o trabalho pedagógico, respeitando e considerando as especificidades de cada aluno.

A pesquisa respondeu ao problema: como o Ensino Colaborativo na Educação Infantil pode contribuir para a escolarização da criança com deficiência?

Através da análise das práticas colaborativas e da formação continuada dos professores, foi possível identificar que o Ensino Colaborativo não apenas promove o desenvolvimento de todos, mas também enriquece o ambiente educacional, proporcionando um atendimento mais individualizado e adequado para os alunos com deficiência.

O estudo apresentou como limitação a aplicação do questionário a uma pequena amostra de participantes, o que compromete a representatividade dos dados obtidos. A amostra reduzida dificultou a generalização dos resultados para um contexto mais amplo, restringindo a análise às experiências individuais dos professores envolvidos na pesquisa.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, enfrentou-se desafios significativos, principalmente devido à insuficiência tempo para seu desenvolvimento. O projeto original previa a participação de pelo menos quatro professores de cada CEI da rede municipal, mas obstáculos com a logística e o tempo impediram essa execução. Assim, a pesquisa teve que se restringir às professoras e professores de apenas um CEI.

Sugere-se para futuros estudos, a adoção de instrumentos de coleta de dados como entrevistas em profundidade e grupos focais, que permitam uma compreensão

mais detalhada das experiências e percepções dos professores sobre Ensino Colaborativo. Além disso, recomenda-se ampliar a amostra de participantes, incluindo professores de diferentes regiões e contextos educacionais, para garantir uma maior diversidade de perspectivas. Por fim, seria benéfico incorporar uma abordagem de acompanhamento ao longo do tempo, monitorando o desenvolvimento e a implementação das estratégias de formação, para avaliar seu impacto contínuo nas práticas pedagógicas e no atendimento aos alunos da Educação Especial.

Espera-se, com isso, fomentar a atualização e a promoção de conhecimentos, identificando os obstáculos e desafios vivenciados pelos professores no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Adriana Gusmão do. **FORMAR PARA INCLUIR: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EDUCAÇÃO**. 2022. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3816/1/Adriane%20Gusm%C3%A3o%20dos%20Anjos.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ARAQUARI. **LEI COMPLEMENTAR Nº 316, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020**. Estabelece a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal de Araquari. **Diário Oficial do Município**, Araquari, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://municipio.atende.net/diariooficial/edicao/1396/texto/17156>. Acesso em: 3 jun. 2024.

ASSOS, Sônia de Fátima Cristina Scheitel dos. **EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DO COENSINO**. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13242848. Acesso em: 12 nov. 2023.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves et al. **PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL DE FORMAÇÃO DOCENTE: PROPOSIÇÕES E RESISTÊNCIAS NO PARANÁ**. Revista Educação & Formação, Fortaleza, v. 4, n. 3, p. 124-147, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1126>. Acesso em: 12 nov. 2023.

AZEVEDO, Tereza Hortência da Silva. **ENTRE O ESPECÍFICO E O INDISSOCIÁVEL: FORMAÇÃO DOCENTE E ENSINO COLABORATIVO PARA A INCLUSÃO ESCOLAR**. 2020. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/13845>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BARBOSA, Daniela Alves de Lima. **ENSINO COLABORATIVO: CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR**. 2020. 124 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9882847. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <https://www.basescurriculares.mec.gov.br>. Acesso em: 21 fev. 2021

BONETI, L. W. **A IGUALDADE NA DIFERENÇA - VICISSITUDES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO**. In: FIGUEIREDO, Rita Vieira de; BONETI, Lindomar Wessler; POULIN, Jean-Robert (Orgs.). **NOVAS LUZES SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR**. 1. ed. Fortaleza - Ceará: Edições UFC, 2010. v. 1, p. 97-126.

BOUERI, I. Z.; ALLES, E. P.; BENDER, D. I. V. **PANORAMA NACIONAL DE PESQUISAS SOBRE CONSULTORIA COLABORATIVA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA**. In: SILVA, C. A.; FERNANDES, A. G. N.; ARAUJO, F. A. M. (Orgs.).

BRASIL, O. N. U. **SOBRE O NOSSO TRABALHO PARA ALCANÇAR OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL, Paolla Cabral Silva. **A IMAGINAÇÃO E OS PROCESSOS DE LEITURA E DE ESCRITA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL**. In: RANGEL, Fabiana; PRESTES, Zoia; TUNES, Elizabeth (Orgs.). **O CHÃO DE TERRA FIRME EM QUE NOS MOVEMOS: A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL E A CEGUEIRA**. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2023. p. 99-1015. Disponível em: https://www.gov.br/ibc/pt-br/pesquisa-e-tecnologia/publicacoes-do-ibc1/livros_pdf/anexos/miolo-do-livro-chao-de-terra-firme_2023.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO (1988). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Dispõe sobre a inclusão da pessoa com deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 09 jul. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 14.817, DE 16 DE JANEIRO DE 2024**. Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jan. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.817-489132214>. Acesso em: 27 fev. 2024.

BRASIL. **DECRETO N. 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011**. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: maio 2020.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

BRASIL. **PARECER CNE/CEB N. 13/2009, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008**.

Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13270-parecer-cne-ceb-13-2009&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 jan. 2022.

BRASIL. **PARECER CNE/CEB N. 13/2009, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008**. Dispõe sobre diretrizes para a Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13270-parecer-cne-ceb-13-2009&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 jan. 2022.

BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996)**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 jan. 2022.

BRAUN, Patricia et al. **UMA INTERVENÇÃO COLABORATIVA SOBRE OS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/123456789/9876/DissertacaoPatriciaBraun.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

BRAUN, Patricia; MARIN, Márcia. **ENSINO COLABORATIVO: UMA POSSIBILIDADE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**. Revista Linhas, v. 17, n. 35, p. 193-215, 2016. Disponível em: <https://revistas.uesc.br/index.php/linhas/article/view/212>. Acesso em: 18 fev. 2024.

BUSTAMANTE, Maria de Fátima; SOUZA, Maewa Martina Gomes da Sila. **O ENSINO COLABORATIVO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**. Ano XIX, v. 1, n. 35, 2020. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/ukVnpzuN0xrlHKI021-10-17-0-36-32.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. **O ENSINO COLABORATIVO FAVORECENDO O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL PARA A INCLUSÃO ESCOLAR**. Educere et Educare, v. 2, n. 4, p. 113-128, 2007. Disponível em: <https://educereeducare.org.br/ojs/index.php/educere/article/view/254>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **MULHERES EM MOVIMENTO**. Estudos Avançados, v. 17, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/6FjRY8M>. Acesso em: 03 jul. 2024.

CASAL, João Carlos Vieira; FRAGOSO, Francisca Maria Rochas Almas. **TRABALHO COLABORATIVO ENTRE OS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Revista Educação Especial, v. 32, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/12345>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CHIZZOTTI, Antonio. **A PESQUISA EDUCACIONAL E O MOVIMENTO "PESQUISAS CIENTÍFICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS"**. *Práxis Educativa*, v. 10, n. 2, p. 329-342, 2015. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/6789>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CHRISTO, Sandy Varela de. **COENSINO/ENSINO COLABORATIVO/BIDOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES, POTENCIALIDADES E ENTRAVES NO CONTEXTO DA PRÁTICA**. 2019. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=135790. Acesso em: 12 nov. 2023.

COLABORATIVO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS. Ano XIX, v. 1, n. 35, 2020. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/ukVnpzuN0xrlHKI021-10-17-0-36-32.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

COUTINHO, Regina Izabel D' Andrea. **O DESAFIO DO ENSINO COLABORATIVO NA ESCOLA**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13740379. Acesso em: 12 nov. 2023.

DA SILVA, Isalém Angelo Vieira; VIEIRA, Alexandro Braga; DE OLIVEIRA, Cassia Machado. **O TRABALHO COLABORATIVO ENTRE PROFESSORES REGENTES E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II**. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 16, n. 8, p. 9661-9679, 2023. Acesso em: 30 dez. 2023.

DE CARVALHO, Maria Regina Viveiros. **PERFIL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA**. *Relatos de Pesquisa*, n. 41, p. 68-68, 2018. Acesso em: 14 de jun. 2024

DE FÁTIMA COSTA, Analia Maria; MARTINIÁK, Vera Lucia; DE LIMA PADILHA, Lucia Mara. **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, v. 11, n. 3, 2021. Acesso em: 29 fev. 2024.

DE MATTOS, Nicoleta Mendes **A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: AMBIGUIDADES CONCEITUAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A EFETIVAÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA**. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, v. 6, n. 1, p. 37-43, 2017. Acesso em: 18 fev. 2024.

DO AMARAL, Fabiana Bueno; MARTINIÁK, Vera Lucia **A FORMAÇÃO DE**

PROFESSORES COM FOCO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. *Revista Teias de Conhecimento*, 2023. Acesso em: 29 fev. 2024.

DO CARMO, Bruno Cleiton Macedo et al. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CONVERGÊNCIAS E DISTANCIAMENTOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.** *Revista Educação Especial*, v. 32, p. 1-28, 2019. Acesso em: 18 fev. 2024.

DO NASCIMENTO LUZ, Rebeca; CRUZ, Lilian Moreira. **UM ESTUDO SOBRE ADAPTAÇÃO CURRICULAR NO ENSINO REGULAR: EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM FOCO.** *Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED*, v. 3, n. 10, p. 1-16, 2022. Acesso em: 3 set. 2024.

DOS SANTOS, Kelly Cristine Zaneti; LOPES, Betania Jacob Stange. **ENSINO COLABORATIVO OU COENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO.** *Ensaios Pedagógicos*, v. 4, n. 1, p. 76-86, 2020. Acesso em: 1 jun. 2024.

ENCONTROS POSSÍVEIS ENTRE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: DIMENSÕES PRÁTICAS E TEÓRICAS. Teresina: Edufpi, 2020. Disponível em: <<https://publicacoes.even3.com.br/book/encontros-possiveis-entre- psicologia- e-educacao-dimensoes-praticas-e-teoricas-223545>>. Acesso em: 17 maio 2023.

ERAS, Lúgia Wilhelms. **TRAJETÓRIAS, TRAVESSIAS E PRODUTORES: SOCIOLOGIAS, CONHECIMENTOS E OS AUTORES DOS LIVROS COLETÂNEAS SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.** *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 2, n. 3, p. 259-288, 2014. Acesso em 02 de jun. 2024.

FERREIRA, Giselle Coutinho; TOMAN, Alexandre. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: O QUE MOSTRAM AS INICIATIVAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA? *Revista Docência e Cibercultura*, v. 4, n. 3, p. 367-386, 2020. Acesso em: 11 de maio 2023.

GIL, Antonio Carlos. **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, Katia Alexandra de; PADOVANI, Stephania. **AVALIAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DIGITAL CENTRADA NO USUÁRIO: UMA INVESTIGAÇÃO DE INSTRUMENTOS PASSÍVEIS DE UTILIZAÇÃO POR PROFESSORES.** *Production*, v. 19, p. 445-457, 2009. Acesso em: 26 de mai. de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/araquari/panorama>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **BOAS PRÁTICAS PARA DESCRIÇÃO DE IMAGENS.** Disponível em: <<https://cta.ifrs.edu.br/boas-praticas-para- descricao-de- imagens/>>. Acesso em: 11 jul. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP. **CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/disponiveis-os-resultados-finais-do-censo-escolar-2020>. Acesso em 15 jul. 2021.

LAMAS, Suellen Alice. **"NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS": O DEBATE SOBRE ACESSIBILIDADE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM BASES SUSTENTÁVEIS EM DESTINOS COSTEIROS**. 2021. Acesso em: 09 fev. 2024.

LEITE, Priscila Souza Chisté. **PRODUTOS EDUCACIONAIS EM MESTRADOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE ENSINO: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO COLETIVA DE MATERIAIS EDUCATIVOS**. *CIAIQ2018*, v. 1, 2018. 14 de jul 2024.

LEMOS, Paulo Henrique Guimarães de. **FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO COLABORATIVO: TRABALHO COM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS**. 2022. 2022. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <(coloque o link completo, caso tenha)>. Acesso em: 12 nov. 2023

LIBÂNEO, José Carlos. **POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: DESFIGURAMENTO DA ESCOLA E DO CONHECIMENTO ESCOLAR**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, p. 38-62, 2016. Acesso em: 19 de mai. 2024.

LIMA, A. M. de S.; AZEVEDO, M. L. N. **PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL DE FORMAÇÃO DOCENTE: PROPOSIÇÕES E RESISTÊNCIAS NO PARANÁ**. *Educ. Form.*, v. 4, n. 12, p. 124-147, 2019. DOI: <10.25053/redufor.v4i12.1126>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1126>. Acesso em: 29 fev. 2024.

MACHADO, Arnaldo. PORTO, Ana Paula Teixeira. PORTO, Luana Teixeira. **A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA E LEITURA NA FORMAÇÃO INTEGRAL DOS SUJEITOS**. São Paulo: Editora Educação, 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edufsm/v44/1984-6444-edufsm-44-e30978.pdf>. Acesso em: 27 de jun. 2024.

MAGAIESKI, Valéria Alves Estevam. **ENSINO COLABORATIVO REMOTO: UMA PROPOSTA PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. 2021. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro Universitário Adventista São Paulo, Engenheiro Coelho, 2021. Acesso em: 19 mai. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE É? POR QUÊ? COMO FAZER?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar). Disponível em: https://www.academia.edu/41989832/MANTOAN_M_T_E_Inclus.

MARTINIÁK, V. L.; OLIVEIRA, R. C. S.; SILVA, F. O. A. **Mapeamento dos produtos educacionais elaborados na linha de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Percursos e tessituras em defesa da educação

inclusiva no contexto do PROFEI (pp. 123-131). Editora Autografia Edição e Comunicação Ltda, 2020. Acesso em: 19 de mai. de 2024.

MARTINS, Lígia Márcia **O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA.** *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 16, n. 40, p. 283-283, 2012. Disponível em: <(coloque o link completo, caso tenha)>. Acesso em: 29 dez. 2023.

MENDES, Katiúscia Aparecida Moreira de Oliveira. **ENSINO COLABORATIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA FAVORECER O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Acesso em: 17 dez. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **PESQUISA SOCIAL: TEORIA, MÉTODO E CRIATIVIDADE.** Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **MEC PROMOVE REUNIÃO TÉCNICA SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL.** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/mec-promove-reuniao-tecnica-sobre-educacao-infantil>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ENSINO, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS COM TRANSTORNOS.** *Acta Scientiarum. Education*, v. 38, n. 1, p. 51-59, 2016. Disponível em: <(coloque o link completo, caso tenha)>. Acesso em: 29 dez. 2023.

MUNICÍPIO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SED. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL. [S.l.], 8 jun. 2023. Disponível em: <https://www.município.sc.gov.br/educacao>. Acesso em: 8 jun. 2023.

NERY, Alfredina et al. **MODALIDADES ORGANIZATIVAS DO TRABALHO PEDAGÓGICO: UMA POSSIBILIDADE.** *Ensino Fundamental de Nove Anos*, p. 109, 2007. Acesso em: 14 abr. 2024.

OLIVEIRA, Amália Rebouças de Paiva; MUNSTER, Mey de Abreu van; GONÇALVES, Adriana Garcia. **DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA INTERNACIONAL.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, p. 675-690, 2019. Acesso em: 5 abr. 2023.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; LEITE, Lucia Pereira. **CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO: UM DESAFIO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.** *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 15, p. 511-524, 2007. Acesso em: 12 jul. 2024.

OLIVEIRA, Lilian Candella. **VISIBILIDADE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO NO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM NITERÓI.** 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2010. Acesso em: 18 abr. 2023.

OLIVEIRA, Nathália Dias Pereira Alves. **ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA INCLUSIVA DE DEFICIENTES NO ENSINO SUPERIOR: CARACTERIZAÇÃO E PERCEPÇÕES NO ÂMBITO INSTITUCIONAL, ESTUDANTIL E FAMILIAR.** 2021. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021. Acesso em: 30 abr. 2023.

OLIVEIRA, Valéria Manna et al. **ENSINO COLABORATIVO E EDUCAÇÃO FÍSICA: CONTRIBUIÇÕES À INCLUSÃO ESCOLAR.** 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Acesso em: 12 nov. 2023.

PACHEVITCH, Sibeli; LIMA, Edina Alves; MARTINIÁK, Vera Lucia. **INCLUSÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DENTRE O ENSINO REGULAR E A FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE PARA A ATUAÇÃO NESTE CONTEXTO.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 7, n. 11, p. 5-21, nov. 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/formacao-inicial-docente>. Acesso em: 1 set. 2024.

PASQUALINI, Juliana Campregher; MARTINS, Lígia Márcia. **CURRÍCULO POR CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AINDA É POSSÍVEL PRESERVAR O ENSINO DESENVOLVENTE?** *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, p. 425-447, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13312>. Acesso em: 12 maio 2024.

PEREIRA, Jaquelline Andrade; SARAIVA, Joseana Maria. **TRAJETÓRIA HISTÓRICO-SOCIAL DA POPULAÇÃO DEFICIENTE: DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO SOCIAL.** *Ser Social*, v. 19, n. 40, p. 168-185, 2017.

PLETSCH, Márcia Denise; DE PAIVA, Carla. **POR QUE AS ESCOLAS CONTINUAM “LAUDANDO” ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL?** *Revista Educação Especial*, v. 31, n. 63, p. 1039-1079, 2018. Acesso em: 27 fev. 2024.

RAMOS, Altina; FARIA, Paulo M.; FARIA, Ádila. **REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA: CONTRIBUTO PARA A INOVAÇÃO NA INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO.** *Rev. Diálogo educ*, p. 17-36, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2269>>. Acesso em: 17 maio. 2023.

RAYMUNDO, Giseli Valezi. **O PAPEL DA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA NA QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E SUA RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DOS DIREITOS HUMANOS.** 2008. Editora BAGAI. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/585117/2/Editora%20BAGAI%20-%20Direitos%20Humanos%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

ROCHA, Paniago Rocha; REIS, Marlene Barbosa de Freitas; COSTA, Vanderlei Balbino da. **EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO: DIÁLOGOS SOBRE PESQUISA, POLÍTICAS E PRÁTICAS.** *Revista Ibero-Americana de Estudos em*

Educação, Araraquara, v. 15, n. esp. 1, p. 872-883, 2020. DOI: <10.21723/riaee.v15iesp.1.13501>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341036115_Educacao_especial_e_inclusao_dialogos_sobre_pesquisa_politicas_e_praticas. Acesso em: 11 jul. 2024.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A INCORPORAÇÃO DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: AVANÇOS E DESAFIOS**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: UFRJ, 2014. Acesso em: 11 jul. 2024.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. **ANÁLISE DE CONTEÚDO: A VISÃO DE LAURENCE BARDIN**. 2012. Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 383-387, 2012. DOI: 10.14244/%19827199291. Disponível em: <<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

SANTOS, Keisy Anisse de. **A INFLUÊNCIA DA FORMAÇÃO ACADÊMICA NO DESEMPENHO PROFISSIONAL**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/15665/Tese_keisyanissantos2021.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 jul. 2024.

SANTOS, Keisyanis da Silva. **AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR ALIANDO ENSINO COLABORATIVO E DIFERENCIADO**. 2021. 232 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15665?show=full>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SANTOS, Kelly Cristine Zaneti dos. **CONTRIBUIÇÕES DO COENSINO NO PROCESSO INCLUSIVO DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro Universitário Adventista São Paulo, Engenheiro Coelho, 2019. Disponível em: <https://cdn.unasp.br/home/2020/07/03090514/KELLY-CRISTINE-ZANETI-DOS-SANTOS.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SANTOS, MÔNICA PEREIRA dos; PAULINO, MARCOS MOREIRA. **INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO: UMA VISÃO GERAL**. In: Santos, M. P. dos; Paulino, M. M. *Inclusão em Educação*. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/kMR4d8TK79jfKmHm7WftLrk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2023.

SANTOS, Salésia Maria Cavalcante; DE FRANÇA, Maria Lúcia Bezerra; DA SILVA NETO, João Ferreira. **CIRANDA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**. *Diversitas Journal*, v. 8, n. 2, p. 1096-1105, 2023. Acesso em: 1 jun. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, p. 147-162, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SILVA, Livia Ramos de Souza. REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O DESAFIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.** *Revelli – Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas*, p. 7-17, 1984. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/2861>. Acesso em: 17 maio 2023.

SILVA, Luzia Alves da; TURECK, Lucia Terezinha Zanato; ZANETTI, Patrícia da Silva. Vigotski e os fundamentos da defectologia. *Anais da XIV Jornada do Histedbr. Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução: 100 anos da Revolução Russa. UNIOESTE. Anais... UNIOESTE–Foz do Iguaçu, PR-3 a*, v. 5, 2017. Acesso em: 28 de jun. de 2023.

SOUSA, Mariana Silva de. **MPACTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17622>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SOUZA, Fernanda Bastos de. **MEMÓRIAS LITERÁRIAS, HISTÓRIAS DA (IN)FORMAÇÃO: O VALOR FORMATIVO DA LITERATURA.** *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 1930-1947, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13501>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SOUZA, José da Silva **EFEITOS DA POLÍTICA DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.** 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13347945. Acesso em: 11 jul. 2024.

VALENTE, José Armando; FREIRE, Fernanda Maria Pereira; ARANTES, Flávia Linhalis. **TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: PASSADO, PRESENTE E O QUE ESTÁ POR VIR.** Campinas, SP: Nield/Unicamp, 2018. Acesso em: 29 ago. 2024.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. **ENSINO COLABORATIVO PARA O APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR: PRÁTICAS COLABORATIVAS ENTRE OS PROFESSORES.** *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 95, p. 139-151, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dBz3F9PJFfswJXFzn3NNxTC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2023.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. **ENSINO COLABORATIVO PARA O APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR: PRÁTICAS COLABORATIVAS ENTRE OS PROFESSORES.** *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 95, p. 139-151, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dBz3F9PJFfswJXFzn3NNxTC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2023.

VILELAS, José **INVESTIGAÇÃO: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO**. Lisboa: Edições Sílabo, 2009.

WARTHA, Edson José; DE SANTANA, Driane Anne Silva. **CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS NA PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS**. *Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas*, v. 16, n. 36, p. 39-52, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/7109>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ZAPELINI, Clésia da Silva Mendes. **A CAMINHO DA ESCRITA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA NO ENTREMEIO DAS PRODUÇÕES DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. 2016. Doutorado (Ciência da Linguagem) – Tubarão, 2016. Disponível em: <http://www.ensinosuperior.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/Tese-CI%C3%A9sia-da-Silva-Mendes-Zapelini.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2024.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. **ESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO ESCOLAR**. *Educação Unisinos*, v. 22, n. 2, p. 147-155, 2018. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04>. Acesso em: 17 dez. 2023.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA PARTICIPANTES

Questionário – Professor/a regente e pedagoga/o Suporte de Educação Especial

Prezado/a colega, sou Lizada Luciano do Carmo, professora de Educação Infantil no Centro de Educação Infantil . Atualmente, estou cursando o Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Gostaria de pedir a sua colaboração para a minha pesquisa "ENSINO COLABORATIVO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: contribuições para a educação infantil", com objetivos de: a) identificar e descrever as práticas de Ensino Colaborativo de professoras/es regentes e de professoras/es do suporte pedagógicos de estudantes com deficiência; b) identificar as possibilidades e os limites do ensino colaborativo na percepção destas/es professoras/es regentes e professores/as do suporte pedagógico; c) elaborar um e-book em formato acessível para compartilhamento das práticas de Ensino Colaborativo com base nos conhecimentos dos participantes da pesquisa. O questionário é anônimo e os dados obtidos serão usados apenas para fins acadêmicos. Sinta-se à vontade para se expressar livremente.

Sua participação é muito importante.

3. **Caracterização do profissional participante ***

Cor/etnia:

4. **Caracterização do profissional participante ***

Identidade de gênero:

5. **Caracterização do profissional participante ***

Estado civil:

6. **Curso de formação ***

Marcar apenas uma oval.

- Licenciatura
- Pós-graduação
- outro

7. **Tempo de atuação na docência ***

Marcar apenas uma oval.

- 1 a 3 anos
- 3 a 6 anos
- 6 a 10 anos
- 10 a 15 anos
- mais de 15 anos

8. Qual o tempo de atuação na instituição em que atua? *

9. Buscou alguma especialização ou qualquer outro tipo de formação nos últimos anos? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. A secretaria de Educação que atua oferece capacitação? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

11. O que você entende por inclusão escolar? *

12. Participou de alguma formação relacionada à Educação Inclusiva? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

13. Se sim, foi realizada?

Marcar apenas uma oval.

- no último ano
- nos últimos 2 anos
- nos últimos 5 anos ou mais

14. Onde foi realizada a formação?

15. Quanto tempo durou?

16. Que tipo de formação?

Marcar apenas uma oval.

- Curso
- Palestra
- Oficinas

17. As expectativas de inclusão escolar são realmente atendidas no Centro de Educação Infantil em que você trabalha? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito real
- Pouco real
- Nada real

18. Quais estratégias pedagógicas você utiliza para promover a inclusão? *

19. Como você avalia o progresso das crianças em relação aos objetivos de aprendizagem estabelecidos? *

Marque todas que se aplicam.

- observação direta
- Registros escritos
- Portfólios

20. Já ouviu falar em Ensino Colaborativo? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, tenho algum conhecimento sobre o assunto
- Sim, mas pouco
- Não, o assunto não me interessa
- Não, mas gostaria muito de entender

21. O que entende por ensino colaborativo? *

22. Os professores deste CEI colaboram entre si? *

Marcar apenas uma oval.

- Colaboram muito
- Sempre que peço
- Às vezes
- Não, nunca colaboram

23. Se a resposta da pergunta anterior for que os professores colaboram entre si, qual é a forma mais comum de colaboração utilizada?

24. Você tem um horário para planejamento das atividades, desenvolvimento dos materiais pedagógicos e realização de relatórios com o professor que atua na mesma sala de aula que você? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

25. As decisões sobre o conteúdo escolar e a metodologia utilizada nas atividades com as crianças são tomadas de forma conjunta ou separada? *

Marcar apenas uma oval.

- Conjunta
- Separada

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO DO RECURSO EDUCACIONAL ABERTO

Validação do Recurso Educacional

Cara/o professora/o,

Você está sendo convidado(a) a responder este questionário após a leitura do

e-book, recurso educacional intitulado "Caminhos para a Inclusão na Educação Infantil".

O questionário tem como objetivo validar e aprimorar o recurso, contribuindo para a formação docente. As questões sobre Experiência com o Recurso Educacional, Relevância e Adequação do Conteúdo do *ebook*, Usabilidade e Acessibilidade, Sugestões e Recomendações são fundamentais para atender às demandas dos educadores no atendimento às crianças com deficiência e as demais. Agradecemos sua colaboração para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

Experiência com o Recurso Educacional

2. Qual foi a sua impressão inicial ao explorar o conteúdo do e-book? *

Marcar apenas uma oval.

- Navegação complexa dificultando o acesso.
- Falta de interatividade ou recursos multimídia que poderiam tornar a experiência mais dinâmica.
- Linguagem técnica excessiva que pode dificultar a compreensão para alguns usuários.
- Ausência de opções de acessibilidade para usuários com deficiência visual.

3. Quais foram os pontos positivos que você identificou no material? *

Marcar apenas uma oval.

- Conteúdo abrangente e relevante para a prática pedagógica na Educação Infantil.
- Organização clara e estruturada do material, facilitando a localização de informações específicas.
- Sugestões práticas e aplicáveis para promover a inclusão escolar e o Ensino Colaborativo.
- Design atrativo e visualmente agradável que estimula o engajamento dos usuários.
- Outro: _____

Relevância e Adequação do Conteúdo

4. Como você avalia a relevância do conteúdo do recurso educacional para a prática pedagógica na Educação Infantil? *

Marcar apenas uma oval.

- Acredito que o conteúdo do recurso educacional é muito relevante, pois oferece orientações práticas e estratégias que podem ser aplicadas diretamente no contexto da sala de aula, contribuindo para a melhoria do ensino para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência.
- Considero o conteúdo do recurso educacional relevante, pois aborda temas essenciais para a promoção da inclusão e do Ensino Colaborativo na Educação Infantil.
- Há pouca relevância do conteúdo do recurso educacional para a prática pedagógica mais inclusiva na Educação Infantil.
- A relevância do conteúdo do recurso educacional é nenhuma, pois não está alinhado com as demandas atuais da Educação Infantil na promoção da reflexão sobre práticas inclusivas e colaborativas que beneficiam o desenvolvimento de todas as crianças.

5. O conteúdo abordado no e-book atende às necessidades dos educadores em relação à inclusão escolar e ao Ensino Colaborativo? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

6. Justifique sua resposta

7. Você considera que as práticas e sugestões apresentadas no e-book são aplicáveis em seu contexto educacional? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, as práticas do recurso educacional são adequadas e melhoram a qualidade do ensino.
- Não, algumas práticas e sugestões do recurso educacional podem não ser totalmente aplicáveis em meu contexto educacional devido a diferenças na estrutura da escola, perfil dos alunos ou recursos disponíveis.

Usabilidade e Acessibilidade

ANEXO A – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PROJETO DE PESQUISA

Você está convidado a participar de um estudo coordenado por Lizarda Luciano do Carmo, professora de Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação de SC, agora denominada pesquisadora, cujo projeto de pesquisa traz o título: ENSINO COLABORATIVO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: contribuições para a Educação Infantil, com o objetivo de analisar práticas de Ensino Colaborativo existentes nas atuações das/os professoras/es regentes e da/o pedagoga/o do Suporte de Educação Especial no atendimento às/aos estudantes com deficiência do Jardim, Pré I e II de um Centro Municipal de Educação Infantil de SC.

Será uma pesquisa qualitativa, em que a coleta de dados se dará por meio de um questionário enviado por *e-mail*, através da plataforma *Google Forms*, o qual constarão questões a respeito das temáticas abordadas. Durante a pesquisa, todos os dados serão armazenados em lugar seguro, sob a responsabilidade da pesquisadora.

Riscos: Embora os riscos sejam mínimos, existe a possibilidade de constrangimento, cansaço e recusa em responder alguma pergunta por parte dos participantes.

Benefícios: Entendo que a minha participação proporcionará benefícios, à comunidade científica, tendo em vista que serão obtidos dados que somarão as pesquisas já existentes nessa área.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA:

Sua decisão em participar deste estudo é voluntária. Você pode decidir não participar. Uma vez que você decidiu participar da pesquisa, você pode retirar seu consentimento e participação a qualquer momento. Se você decidir não continuar no estudo e retirar sua participação, você não será punido, nem perderá qualquer benefício ao qual você tem direito. Se houver gastos adicionais estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas no estudo (nomes, dados profissionais, entre outros) serão confidenciais, utilizadas apenas para fins acadêmicos. A participação neste projeto não lhe proporcionará nenhum benefício material e financeiro.

A qualquer momento do curso da sua participação nesta pesquisa você terá qualquer dúvida esclarecida, a liberdade de se recusar a participar, ou retirar seu consentimento sem nenhuma forma de penalização ou constrangimento.

Comissão de Ética em Pesquisa (COEP)

Comitê de Ética em Pesquisa da UEPG

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Av. Carlos Cavalcanti, 4748 – Uvaranas Prédio da Reitoria - Sala de Especialização Lato Sensu – Campus Universitário CEP: 84030- 900 – Ponta Grossa – PR E-mail: propesp-cep@uepg.br Telefone: (42) 3220-3108

Identificação da pesquisadora

Lizarda Luciano do Carmo

E-mail:

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Identificação do Participante do Estudo

Nome do participante: _____

Endereço: _____ Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____

Telefone: _____ RG: _____

Código: _____

Assinatura do Participante

ANEXO B – DECLARAÇÃO DA PESQUISADORA

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome da Pesquisadora: _____

Assinatura: _____

Local/data: _____

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha (Se houver):

Assinatura: _____

Local/data: _____

Presenciei a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante.

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores)

Nome: _____

Assinatura: _____

Local/data: _____